Diário Oficial

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

ANO I

Edição nº 1993

MANAUS - AM, Terça-feira, 03 de Dezembro de 2013.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	1
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA.....	1
SECRETARIA DA 1ª TURMA.....	1
SECRETARIA DA 3ª TURMA.....	1
GABINETE DESDORA. FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE.....	6
GABINETE DESDORA. MARIA DAS GRACAS ALECRIM MARINHO.....	7
1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	9
2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	10
5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	12
6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	12
7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	13
8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	13
9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	15
10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	15
11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	16
12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	16
13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	17
14ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	17
17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	18
18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	18
19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	19
VARA DO TRABALHO DE PARINTINS.....	20
VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU.....	21
SECRETARIA DA CORREGEDORIA.....	21
SEÇÃO DE PRECATÓRIOS.....	22
SEÇÃO DE RECURSOS DE REVISTA.....	22

Trabalho da 11ª Região, ocupado por Eduardo Miranda Barbosa Ribeiro, em virtude de sua promoção à titularidade da 3ª Vara do Trabalho de Boa Vista.
Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Manaus, 29 de novembro de 2013.

DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR
Desembargador do Trabalho
Presidente do TRT da 11ª Região

SECRETARIA DA 1ª TURMA

Secretaria da 1ª. Turma
Rua Visconde de Porto Alegre, 1265 - Manaus - AM - 69020130
RESENHA No 919/2013
Processo:0002030-98.2010.5.11.0010 (AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA)
Agravante:MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
Advogado(a): NATASJA DESCHOOLMEESTER
Agravado:ANTONIO ADEMAR FERREIRA
Advogado(a): CLEA LUSIA RIBEIRO BRAGA
De ordem do Desembargador do Trabalho Presidente do TRT da 11ª Região, faço público para conhecimento dos interessados, que encontram-se nesta Secretaria os autos acima, com vista para CONTRAMINUTAR/CONTRARRAZOAR o Agravo de Instrumento/Recurso de Revista.

Secretaria da 1ª. Turma
Rua Visconde de Porto Alegre, 1265 - Manaus - AM - 69020130
RESENHA No 920/2013
Processo:0001141-88.2012.5.11.0006 (AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA)
Agravante:MARTINS COMERCIO E SERVICO DE DISTRIBUICAO LTDA
Advogado(a): RENATO MENDES MOTA
Agravado:ALGEANDRESSON SILVA DE SOUSA
Advogado(a): ELIEZER LEÃO GONZALES
De ordem do Desembargador do Trabalho Presidente do TRT da 11ª Região, faço público para conhecimento dos interessados, que encontram-se nesta Secretaria os autos acima, com vista para CONTRAMINUTAR/CONTRARRAZOAR o Agravo de Instrumento/Recurso de Revista.

Secretaria da 1ª. Turma
Rua Visconde de Porto Alegre, 1265 - Manaus - AM - 69020130
RESENHA No 921/2013
Processo:0001323-17.2011.5.11.0004 (AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA)
Agravante:TRANSMANAU - TRANSPORTES URBANOS MANAUS SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO LTDA.
Advogado(a): JOSE LUIZ LEITE
Agravado:JOAO PIRES DE MOURA FILHO
Advogado(a): RAIMUNDO NONATO ALVES GOMES
De ordem do Desembargador do Trabalho Presidente do TRT da 11ª Região, faço público para conhecimento dos interessados, que encontram-se nesta Secretaria os autos acima, com vista para CONTRAMINUTAR/CONTRARRAZOAR o Agravo de Instrumento/Recurso de Revista.

SECRETARIA DA 3ª TURMA

PROCESSOS SUMARÍSSIMOS JULGADOS NA
SESSÃO DO DIA 21.11.13 - 3ª Turma

01. PROCESSO TRT - 11ª - 3ª TURMA - RO-0000040-77.2012.5.11.0018 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: RAIMUNDO NONATO AZEVEDO DE ALMEIDA (Drªs. Cristiane Borges da Silva e outros). RECORRIDO: PARENTE ANDRADE LTDA (Drs. Alfredo José Borges Guerra e outros). RELATORA: Desembargadora do Trabalho Ormy da Conceição Dias Bentes. ORIGEM: 18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

CERTIFICO que em sessão da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; presentes, ainda, Excelentíssima Desembargadora do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES, Relatora; Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, e ainda, Excelentíssima Procuradora do Trabalho FABIOLA BESSA SALMITO LIMA, a qual se manifestou que, não sendo nenhuma das partes, Pessoa Jurídica de Direito Público, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, deixa o Ministério Público do Trabalho de emitir Parecer, nesta oportunidade (Lei Complementar nº 75/1993, art. 83, XIII), reservando-se, contudo, à futura manifestação e interposição de recurso, foi proferido o seguinte:
ACÓRDÃO 3ª TURMAACORDAM os Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário do autor, negar-lhe provimento, não acatando a imprestabilidade dos registros de jornada sob argumentação de terem sido efetivados de forma britânica, visto que parcialmente registrados pelo próprio autor e chanceladas suas transcrições trazidas à colação, o que enseja a manutenção integral de decisão de origem por seus próprios fundamentos. São estas as razões de decidir: "VOTO. Admissibilidade: O Recurso Ordinário encontra-se tempestivo. Parte legítima, devidamente representada por advogado

ACESSE A VERSÃO *ON LINE* DO DIÁRIO OFICIAL
NO PORTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

www.trt11.jus.br/diario

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

ATO TRT 11ª REGIÃO Nº 227/2013/SGP

Torna sem efeito o ATO TRT 11ª REGIÃO 224/2013/SGP.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Desembargador do Trabalho DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o despacho proferido pelo Ministro Ives Gandra Martins Filho, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, nos autos do processo nº TST-PP-8664-44.2013.5.00.0000, determinando, liminarmente, a imediata suspensão da Resolução Administrativa nº 249/13 do Pleno deste Tribunal,

R E S O L V E:

Art.1º Tornar sem efeito o ATO TRT 11ª REGIÃO 224/2013/SGP, de 21.11.2013, publicado no DOU do dia 25.11.2013, seção 2, edição 228, que declarou vago, a contar de 18.11.2013, o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do

regularmente habilitado. Isento de preparo. Processamento regular e adequado. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conhecimento do apelo e contrarrazões. Mérito. O Juízo de primeiro grau, considerando que o autor não se desincumbira do ônus de infirmar as provas existentes quanto aos horários de labor prestados, excedentes aos anotados e efetivamente pagos como extraordinários na forma simples e em dobro com seus reflexos, deu pela total improcedência da ação. Revolta-se o autor, sob argumentação, de que os horários anotados não refletem a real jornada por não terem variações maiores, o que pressuporia a invalidade dos registros. Não merece maior consideração a argumentação recursal. Observados os pleitos, denota-se que superestimados e não consideraram os pagamentos efetivados, quando a realidade imporia a busca por diferenças. Também, dispõe em desfavor do reclamante, ter marcado o ponto em vários registros pessoalmente, não divergindo das demais anotações de jornada, mas cuja validade ele mesmo confirma através da chancela das transcrições eletrônicas. Observados os horários registrados, nenhuma similitude se encontra em relação a horários britanicamente assentados, uma vez que registram jornadas generosas de excesso, demonstrando nenhuma intenção de descumprimento das obrigações laborais pelo empregador. A insurgência contra a decisão primária se demonstra integralmente destituída de razoabilidade, visto que os argumentos não condizem com fatos e documentos que instruem o feito. Nego provimento ao recurso."

Sala de Sessões do TRT da 11ª Região. Manaus (AM), 21 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Silmara Iesa G. Rodrigues

Secretária da E. 3ª Turma, em substituição

02. PROCESSO TRT - 11ª - 3ª TURMA - RO-0000240-73.2012.5.11.0151 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA (Drs. Wallace Eller Miranda e outros). RECORRIDO: RAIMUNDO JOSÉ MENDES DOS SANTOS (Drª. Rosa Corrêa Marques). RELATORA: Desembargadora do Trabalho Ormy da Conceição Dias Bentes. ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE ITACOATIARA.

CERTIFICO que em sessão da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; presentes, ainda, Excelentíssimo Desembargador do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES, Relatora; Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, e ainda, Excelentíssima Procuradora do Trabalho FABIOLA BESSA SALMITO LIMA, a qual se manifestou que, não sendo nenhuma das partes, Pessoa Jurídica de Direito Público, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, deixa o Ministério Público do Trabalho de emitir Parecer, nesta oportunidade (Lei Complementar nº 75/1993, art. 83, XIII), reservando-se, contudo, à futura manifestação e interposição de recurso, foi proferido o seguinte:

ACÓRDÃO 3ª TURMA

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do apelo da reclamada, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, negar-lhe provimento, na forma da fundamentação, mantendo a decisão de Primeiro Grau na integralidade por seus próprios fundamentos. São estas as razões de decidir: " VOTO. Admissibilidade: O Recurso Ordinário encontra-se tempestivo. Parte legítima, devidamente representada por advogado regularmente habilitado. Custas processuais e preparo satisfeito. Processamento regular e adequado. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conhecimento do apelo. Mérito. O juízo de primeiro grau, admitiu que a relação era empregatícia deferindo os pleitos relativos aos direitos laborais dessa forma de prestação. A reclamada insurgiu-se contra a decisão primária, argumentando não ter havido relação entre si e o reclamante, posto que nunca fora empregadora. Da totalidade de todas as razões, em sede recursal as razões se dirigem à existência de terceirização, de sorte a delimitar que as responsabilidades caberia a interposta empresa que deveria assumir a responsabilidade e responder por todos os direitos resultantes. Tratando-se de prestação direta, pessoal, em embarcação (balsa) da reclamada, mediante paga e dependência jurídica direta com a reclamada, não se pode atentar de que não possa constar do polo passivo. Rejeita-se a preliminar. Considerando que o recurso, no mérito, não ataca os fatos e a decisão primária, posto que divaga sobre uma suposta terceirização, responsabilidade de empresa interposta e não ter contribuído com culpa na eleição e vigilância em relação à interposta empresa, que se pretende por responsável no cumprimento das obrigações patronais, deixo de conhecer da razões recursais porque alheias à contenda e inovação que não acompanha os limites da lide em face das razões dos pleitos e da própria contestação. Diante disso, nego provimento ao recurso."

Sala de Sessões do TRT da 11ª Região. Manaus (AM), 21 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Silmara Iesa G. Rodrigues

Secretária da E. 3ª Turma, em substituição

03. PROCESSO TRT - 11ª - 3ª TURMA - RO-0000495-04.2012.5.11.0451 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: HUAWAI GESTÃO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (Drs. André Luiz da Silva Lopes e outros). RECORRIDO: UESLEI NASCIMENTO MOREIRA. RELATORA: Desembargadora do Trabalho Ormy da Conceição Dias Bentes. ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE HUMAITÁ.

CERTIFICO que em sessão da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; presentes, ainda, Excelentíssimo Desembargador do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES, Relatora; Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, e ainda, Excelentíssima Procuradora do Trabalho FABIOLA BESSA SALMITO LIMA, a qual se manifestou que, não sendo nenhuma das partes, Pessoa Jurídica de Direito Público, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, deixa o Ministério Público do Trabalho de emitir Parecer, nesta oportunidade (Lei Complementar nº 75/1993, art. 83, XIII), reservando-se, contudo, à futura manifestação e interposição de recurso, foi proferido o seguinte:

ACÓRDÃO 3ª TURMA

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do apelo da reclamada, rejeitar a preliminar de julgamento extra petita e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeiro Grau na integralidade por seus próprios fundamentos. São estas as razões de decidir: "VOTO. Admissibilidade: O Recurso Ordinário encontra-se tempestivo. Parte legítima, devidamente representada por advogado regularmente habilitado. Custas processuais e preparo satisfeitos. Processamento regular e adequado. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conhecimento do apelo. Mérito. A reclamada insurgiu-se contra a decisão primária, contrapondo-se liminarmente, aduzindo ter, a sentença, extrapolado os limites da contenda, por dar azo a reconhecimento não buscado pelo autor que se ateve a pedir por diferenças por conta de acúmulo de funções. Necessário antes da análise recursal, estabelecer que a reclamatória é de cunho verbal. Destarte, necessário que se verifique as condições em que são formulados seus questionamentos e as do próprio autor da demanda. Isto posto, se deduz pela ausência de capacidade de conceituação dos objetivos perquiridos pelo autor, quanto ao que tenta alcançar, no que é secundado pelo tomador da reclamatória, função, na generalidade, atribuída a quem não detém maiores conhecimentos, tanto da natureza das atividades, como do direito que ampara o trabalhador, muitas vezes também carente de experiência. Por isso cabe ao Julgador integrar os direitos à efetiva condição de trabalho. Não merecem acatamento as aduções recursais da reclamada, tendo sido observadas tais circunstâncias. Embora não tenha se fixado no exercício de dupla função, mas pendido para seu desvio e dar pela equiparação, ainda assim, dos autos exsurge o exercício tanto da função de auxiliar técnico como de técnico, visto que labutava independentemente de outro empregado na mesma localidade, fazendo dupla função, nos termos da declaração do preposto, inclusive percebendo menor remuneração. O depoimento deixa claro, às fls. 53/54, recebimento de salário maior como técnico pelo preposto, em mesma função, e que o reclamante era único a atuar no local da prestação, indicando não só exercício de outro cargo, o de técnico, mas também que acumulava com a função de auxiliar técnico. Cabendo ao julgador dar desfecho. Necessário se faz adequar o julgamento aos fatos trazidos à colação e estabelecer a natureza efetiva da prestação, de sorte que, analisando o quadro delineado nos fatos, de fato não poderia o julgador chegar à outra definição que não de que houve desvio de função e estabelecer o direito a equiparação, ou exercício de dupla função, que, de igual forma, induz ao pagamento de diferenças salariais, visto que no exercício da mesma função o preposto percebia salário superior e benefícios que eram negados ao autor, conforme confessa no seu depoimento em audiência. O reconhecimento do direito pelo Julgador, diante da realidade factual da prestação extraída dos fatos colocados na instrução processual, que define o direito existente, tendo havido a efetivação de pedido referente às diferenças salariais e demonstradas devidas, sendo deferidas até com valor inferior ao intentado, não enseja ao reconhecimento de excedimento aos termos da lide, na forma como se demonstra no quadro delineado pelos autos. Tendo sido definidos os valores com razoabilidade em face dos parâmetros adotados, que demonstram a efetiva remuneração no exercício da conglobada função, não pode resultar em reprimenda a adoção da remuneração do preposto, a paradigmaticamente os valores a serem deduzidos em favor do autor. Não merece, também, reprimenda o deferimento de ressarcimento de valor descontado na rescisão, porque não demonstrado ser resultante de adiantamento efetivado, resultando como efetivado de forma indevida. Nada havendo o que desabone a decisão primária, nego provimento ao apelo."

Sala de Sessões do TRT da 11ª Região. Manaus (AM), 21 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Silmara Iesa G. Rodrigues

Secretária da E. 3ª Turma, em substituição

04. PROCESSO TRT - 11ª - 3ª TURMA - RO-0000752-91.2012.5.11.0010 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA (Drs. Eduardo Luiz Brock e outros). RECORRIDOS: MARIVANA DE OLIVEIRA FREIRE (Dr. Kemal Muneymne) e MEGATONER FABRICAÇÃO DE COMPONENTES ELETRONICOS DA AMAZÔNIA LTDA (Drª. Lucianne Pires Ewerton). RELATORA: Desembargadora do Trabalho Ormy da Conceição Dias Bentes. ORIGEM: 10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

CERTIFICO que em sessão da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; presentes, ainda, Excelentíssimo Desembargadora do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES, Relatora; Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, e ainda, Excelentíssima Procuradora do Trabalho FABIOLA BESSA SALMITO LIMA, a qual se manifestou que, não sendo nenhuma das partes, Pessoa Jurídica de Direito Público, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, deixa o Ministério Público do Trabalho de emitir Parecer, nesta oportunidade (Lei Complementar nº 75/1993, art. 83, XIII), reservando-se, contudo, à futura manifestação e interposição de recurso, foi proferido o seguinte:

ACÓRDÃO 3ª TURMA

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do apelo da litisconsorte, SAMSUNG, rejeitar as preliminares de inépcia da inicial, ilegitimidade de parte e extinção do feito devido à transação e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeiro Grau na integralidade por seus próprios fundamentos. São estas as razões de decidir: "VOTO. Admissibilidade: O Recurso Ordinário encontra-se tempestivo. Parte legítima, devidamente representada por advogado regularmente habilitado. Custas processuais e preparo satisfeitos. Processamento regular e adequado. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conhecimento do apelo e das contrarrazões. Mérito. A reclamada insurgiu-se contra a decisão primária, contrapondo-se liminarmente, aduzindo ser inepta a inicial, sua ilegitimidade passiva e ter havido transação o que extinguiria o feito. Nenhuma das oposições merece acatamento. Quanto à inépcia da inicial, deve a recorrente atentar aos termos da inicial, que claramente destaca a indicação da recorrente para figurar como responsável

subsidiária, razão pela qual foi chamada a compor a lide (fl. 03). Quanto à legitimidade para constar do polo passivo, as provas dão conta de que a empresa reclamada tinha como único objetivo produzir peças em favor da litisconsorte, que sofria ingerência direta da litisconsorte e utilizava até de maquinário dessa, caracterizando-se a efetiva terceirização, o que por entendimento jurisprudencial coloca como legítima recorrente na composição da lide. Quanto à extinção do procedimento em face de transação, esbarra na irrenunciabilidade do direito laboral e da ilegalidade do procedimento que não observou os ditames legais da rescisão contratual empregatício, pela inobservância do trâmite, o que torna inócua qualquer possibilidade de produção de efeitos nesta esfera. Quanto à responsabilidade subsidiária, seu cabimento decorre do dever de indenização por dano causado. A terceirização, exceção que legalmente autorizada com o fim de desvencilhar das atividades meio, em regra gera responsabilidade do beneficiário da prestação quando se demonstra em desfavor do prestador, e, destarte, pressupõe que não haja danos a terceiro, para garantir a isenção do tomador. Efetivamente no presente caso, pela tentativa de burlar direitos da colaboradora, esta sofreu prejuízos de cunho material, o que reverte em desfavor da beneficiária o dever de indenizar, caso a devedora principal, a reclamada, não arcar com os débitos decorrentes, porque lhe caberia velar pela regularidade, na medida de que era a real beneficiária da prestação da autora. Diante desse quadro, não há limitação da responsabilidade da beneficiária, uma vez que exceção reversível, que somente acarretará dispêndio caso não sejam satisfeitas as obrigações resultantes da prestação, despedida e estado gravídico da autora por ocasião daquela, na medida em que a recomposição dos direitos deve ser integral, diante do benefício gozado pela prestação em seu favor. Não fosse exceção autorizada, todos os direitos adviriam do contrato direto com a recorrente. Destarte, não se descortina qualquer plausibilidade na pretensão de limitação de responsabilidade. Não resta dúvida de que não houve o pagamento integral das verbas rescisórias e sequer válida a tentativa de frustrar direitos da autora, destarte se caracteriza o atraso, o que enseja a aplicação do art. 477 da CLT. No que tange à multa do art. 467, decorre da ausência de contraposição e, no caso, a própria confissão por parte da reclamada. Como acima dito, o direito dever ser integralizado, inclusive com os ônus da irresponsabilidade e ilegalidade dos atos, como dito, a serem suportados pelo beneficiário da prestação por parte da autora. Nada havendo que desabone a decisão primária, nego provimento ao apelo."

Sala de Sessões do TRT da 11ª Região. Manaus (AM), 21 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Silmara Iesa G. Rodrigues

Secretária da E. 3ª Turma, em substituição

05. PROCESSO TRT - 11ª - 3ª TURMA - RO-0000966-64.2012.5.11.0016 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: DILAMAR BARBOSA DA SILVA (Drs. Oswaldo Tavora Buarque Neto e outros). RECORRIDO: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A (Drs. Andréa Marques Telles de Souza e outros). RELATORA: Desembargadora do Trabalho Ormy da Conceição Dias Bentes. ORIGEM: 16ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

CERTIFICO que em sessão da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; presentes, ainda, Excelentíssima Desembargadora do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES, Relatora; Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, e ainda, Excelentíssima Procuradora do Trabalho FABIOLA BESSA SALMITO LIMA, a qual se manifestou que, não sendo nenhuma das partes, Pessoa Jurídica de Direito Público, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, deixa o Ministério Público do Trabalho de emitir Parecer, nesta oportunidade (Lei Complementar nº 75/1993, art. 83, XIII), reservando-se, contudo, à futura manifestação e interposição de recurso, foi proferido o seguinte:

ACÓRDÃO 3ª TURMA

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso mas negar provimento ao recurso ordinário do reclamante, considerando que não provado ato desabonador à sua honra e dignidade, o que isenta a reclamada do pagamento de indenização a título de danos morais, bem como, eventuais trabalhos exercidos em funções paralelas e não específicas da função de pedreiro, mas relacionadas ao próprio exercício dessa função, não induzem ao pagamento de plus salarial por acúmulo de funções, de sorte a manter a decisão de origem por seus próprios fundamentos. São estas as razões de decidir: "VOTO. Admissibilidade: O Recurso Ordinário encontra-se tempestivo. Parte legítima, devidamente representada por advogado regularmente habilitado. Isento de preparo. Processamento regular e adequado. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do apelo. Mérito. O juízo de primeiro grau, considerando não ter havido prova suficiente do fato desabonador, por entender que a prova testemunhal foram inconsistente no seu depoimento, de sorte que, não se desincumbindo o autor do ônus comprobatório, deu pela improcedência do pleito de indenização por danos. O reclamante se insurge contra a decisão primária, argumentando ter havido o fato e que estaria comprovado pela testemunha. Embora tenha havido a possibilidade da existência de algum fato constrangedor, efetivamente não pode ser de forma cabal comprovado pelo testemunho, que sequer pode dizer como e onde o fato teria acontecido, o que demonstra a imprecisão da prova, o que levou à conclusão do julgador de origem, em considerar insuficiente o elemento comprovante, posição esta que se comunga ao se adentrar às alegações do autor e de sua testemunha. Não sendo trazidos outros elementos capazes de elidir o posicionamento originário, nego provimento ao recurso no aspecto. Quanto ao acúmulo de funções, embora se descortine a ausência de previsão legal autorizar o pagamento de plus salarial, demonstra-se incabível a exigência de exercício de tarefas não relacionadas ao objeto da prestação laboral contratada, o que resultaria na necessidade de indenização, posto que a contratação de profissional acarretaria ônus à empresa, o que remeteria não ser regular, tal responsabilidade ser suportada pelo trabalhador. Entretanto, a prova testemunhal não elucidada do exercício de tarefas não afetas ao trabalho do pedreiro, posto que nenhuma das atividades relacionadas por aquele, leva à conclusão de exorbitância e

exercício de função outra, mas as próprias de quem exerce atividade em obras, lida com cimento, limpeza do local de trabalho, utilizava madeira, ajuda no preparo do local de trabalho com a montagem de armações. Tais atividades, para quem observa a atividade de pedreiro, são corriqueiras na sua faina, de sorte a não ensejar desvio ou o exercício de mais de uma função. Como destacado pela testemunha era somente isso que o reclamante fazia, bem como o do fato de ter recebido salário na mesma proporção da outras funções e em nada menor."

Sala de Sessões do TRT da 11ª Região. Manaus (AM), 21 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Silmara Iesa G. Rodrigues

Secretária da E. 3ª Turma, em substituição

06. PROCESSO TRT - 11ª - 3ª TURMA - RO-0001124-58.2012.5.11.0004. RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: LINO JULIANO DE JESUS SILVA (Drs. Felipe Lucachinski e outros). RECORRIDO: ENTERPA ENGENHARIA LTDA (Drs. Hileano Pereira Praia e outros). RELATORA: Desembargadora do Trabalho Ormy da Conceição Dias Bentes. ORIGEM: 4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

CERTIFICO que em sessão da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; presentes, ainda, Excelentíssima Desembargadora do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES, Relatora; Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, e ainda, Excelentíssima Procuradora do Trabalho FABIOLA BESSA SALMITO LIMA, a qual se manifestou que, não sendo nenhuma das partes, Pessoa Jurídica de Direito Público, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, deixa o Ministério Público do Trabalho de emitir Parecer, nesta oportunidade (Lei Complementar nº 75/1993, art. 83, XIII), reservando-se, contudo, à futura manifestação e interposição de recurso, foi proferido o seguinte:

ACÓRDÃO 3ª TURMA

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso interposto; dar-lhe provimento, reformando a sentença recorrida nos termos da fundamentação. Inverta-se o ônus de sucumbência. Custas pela reclamada, no valor de R\$301,97, calculadas sobre o valor líquido da condenação de R\$15.098,25. São estas as razões de decidir: "VOTO: Conhecimento. Recurso ordinário, interposto pelo reclamante, encontra-se tempestivo, possui parte legítima, devidamente representada por advogado regularmente habilitado (fl. 09), dispensado de recolhimento de custas processuais. Mérito. Como já destacado acima, o autor em sua exordial, assume haver violado 03 cadeados de armários de seus colegas após descobrir que seu próprio armário havia sido violado e lhe foi furtada a quantia de R\$500,00, assim como um relógio de pulso, um par de sapatos e algumas peças de roupas. Afirmou que o único prejuízo havido foi decorrente dos cadeados danificados e que estes pertenciam aos próprios colegas de trabalho, e não à empregadora, e que já haviam sido devidamente indenizados. Em síntese, entende que a punição de justa causa aplicada foi muito severa, tendo em vista o histórico funcional do obreiro, visto que no período contratual de 3 anos e 2 meses, como alega, só possui uma única advertência, também aduziu que não estava em posse que qualquer arma, e que o colega de serviço que a reclamada aduziu que fora ameaçado de morte pelo obreiro, negou que isso tenha ocorrido. Já a oposição da reclamada, acolhida pelo Juízo a quo, se dera no sentido de frisar a gravidade da conduta do autor, alegando que a mesma resultou em quebra irreparável da fidejussão contratual. Asseverou ainda pela que o reclamante além de ameaçar a vida de um colega, Sr. Leandro Oliveira dos Santos [na verdade LEONARDO Oliveira dos Santos], onde o mesmo efetuou o registro de um Boletim de Ocorrência (fls. 14 do anexo). Também afirmando que foi constatado que o reclamante possuía uma arma branca em sua cintura. Realmente a conduta do reclamante é reprovável. Porém, não verifico que seja tão grave como expõe a reclamada. É que, primeiramente, observo que o Sr. Leonardo Oliveira dos Santos, que, segundo a reclamada, teve sua vida ameaçada pelo autor, veio testemunhar em favor deste e foi categórico em afirmar "que foi coagido pela empresa em assinar um B.O. contra o reclamante, sob pena de demissão" e que "não registrou o B.O. porque estava sem documento; que sabe que o Sr. "Esquerdo" fez o Boletim", ficando evidente que o Sr. Francimar Ferreira Esquerdo estivera também na delegacia de polícia e que o referido B.O. encontra-se apócrifo. Assim, cai por terra a afirmação da reclamada quanto à suposta ameaça feita pelo reclamante, o que, sem dúvida, alivia a gravidade da conduta apresentada. Quanto à afirmação de que o obreiro estava municiado de arma branca, verifico que não houve nos documentos produzidos à época do incidente qualquer menção a tal fato, inclusive no suposto B.O., o que seria um fato muito importante. Além do mais, o preposto e a testemunha fizeram afirmações destoantes, visto que aquela afirmou que o autor 'ameaçava portanto a arma em questão', enquanto que a testemunha da reclamada (gerente da mesma -ressalte-se), afirmou que tal arma 'estava na cintura do obreiro'. Assim, o fato em questão, além de estar enevado, face ao dissenso na prova da empregadora, houve negativa pela testemunha obreira que o mesmo estivesse armado. De qualquer modo, sequer houve menção de que tipo de arma branca seria essa, visto que o reclamante poderia, supostamente, ter em sua cintura um canivete multiuso, uma chave de fenda ou até mesmo algum instrumento de trabalho, sendo impossível verificar na espécie se o referido objeto era, de fato, uma "arma branca". Portanto, mediante tais considerações a gravidade do ocorrido é em muito reduzida. A despeito de tais explanações ainda faço a seguinte consideração: o reclamante é pessoa sem muito ensino (ensino fundamental incompleto - fl. 01 do anexo), trabalhava como servente, recebendo como salário último (fls. 44 do anexo) a quantia líquida de R\$1.072,37, sendo que teve furtada, na sede da empregadora, a quantia de R\$500,00 (conforme sua declaração e Boletim de Ocorrência de fls. 10), ou seja, praticamente metade do valor da sua remuneração mensal, sendo que desta quantia, obviamente dependia ele e sua família (tendo se declarado como convivente), nesta cidade com umdos maiores custos de vida do Brasil, além de bens pessoais como relógio, calçados e roupas. Portanto, é de se indagar se, embora repreensível, não é de se compreender a paixão que tomou o reclamante. Além do mais, registre-se que não houve nenhum prejuízo humano e até mesmo o prejuízo material

restringiu-se a alguns cadeados, podendo-se verificar que as portas dos armários sequer foram danificadas, conforme fotos carreadas às fls. 11/13 do anexo. Imperioso ressaltar ainda que o autor, conforme bem asseverado em suas razões recursais, no período de mais de 3 anos de contrato de trabalho possui como única penalidade a advertência por falta à escala de 13/05/2012 (domingo). Portanto, entendo foi demasiado severa a penalidade aplicada pela empregadora, tendo em vista que não observou a devida graduação da pena, não levando em conta a extensão dos danos decorrentes da conduta do obreiro, seu tempo de serviço e até mesmo o motivo primordial da insatisfação do mesmo, pelo que decido anular a justa causa aplicada, transformando a dispensa ocorrida como demissão sem justa causa, devendo ser pagas ao obreiro as verbas rescisórias de: aviso prévio indenizado (36 dias) - R\$1.324,52, Salário do mês de maio/2012 - R\$1.103,77, 13º salário proporcional 06/12 com proj. do aviso prévio - R\$551,89, Férias vencidas 12/12 + 1/3 de 2011/2012 - R\$1.471,66, Férias proporcionais 04/12 + 1/3 - R\$490,55, FGTS sobre as verbas rescisórias (8%+40%) - R\$553,55. Também se defere a multa prevista no art. 477 da CLT - R\$1.103,77, eis que não existe qualquer prova da quitação das verbas rescisórias referentes ao TRCT de fls. 05 do Anexo. De igual modo, defere-se o FGTS do período laborado (8%+40%) - R\$5.192,14 e seguro desemprego indenizado - R\$3.306,40. O deferimento acima se dá tendo vista que não houve impugnação específica pela reclamada quanto à forma de cálculo de tais parcelas. Deverão ser feitos ainda os recolhimentos previdenciários e fiscais na forma da legislação vigente, não havendo qualquer repasse da quota do trabalhador à empregadora."

Sala de Sessões do TRT da 11ª Região. Manaus (AM), 21 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Silmara Iesa G. Rodrigues

Secretária da E. 3ª Turma, em substituição

07. PROCESSO TRT - 11ª - 3ª TURMA - RO-0001450-27.2012.5.11.0001 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: MARCOS MOISES DE SOUZA OLIVEIRA (Drª. Kenia Monika Archanjo de Souza). RECORRIDO: TUMPEX EMPRESA AMAZONENSE DE COLETA DE LIXO LTDA (Drs. Gebes de Mello Medeiros Neto e outros). RELATORA: Desembargadora do Trabalho Ormy da Conceição Dias Bentes. ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

CERTIFICO que em sessão da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; presentes, ainda, Excelentíssimo Desembargadora do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES, Relatora; Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, e ainda, Excelentíssima Procuradora do Trabalho FABIOLA BESSA SALMITO LIMA, a qual se manifestou que, não sendo nenhuma das partes, Pessoa Jurídica de Direito Público, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, deixa o Ministério Público do Trabalho de emitir Parecer, nesta oportunidade (Lei Complementar nº 75/1993, art. 83, XIII), reservando-se, contudo, à futura manifestação e interposição de recurso, foi proferido o seguinte:

ACÓRDÃO 3ª TURMA

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer o recurso ordinário do reclamante e dar-lhe parcial provimento para deferir as horas intrajornadas quantificadas na inicial, sua integração em RSR e reflexos em aviso prévio, 13ºs. salários e férias +1/3 e sobre FGTS, acrescido da multa fundiária de 40%, mediante cálculo de liquidação de sentença; custas processuais na quantia de R\$300,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação da reclamada de R\$15.000,00, mantida a decisão de origem em seus demais termos. São estas as razões de decidir: "VOTO. Merece guarida o recurso, porque razoável a possibilidade de controle da jornada, especialmente com relação a roteiro, destaca-se que, ao determinar não só um mero trajeto a ser seguido e cumprido, também possibilita a fiscalização, bem como a determinação de parada para cumprimento para os fins legais, aferível mediante a presença de fiscal. De sorte que, sendo possível a aferição da parada, bem como horário de entrada e saída, totalmente controlável a jornada, deduzindo-se que, diante da rota estabelecida restou a impossibilidade de gozo do intervalo intrajornada, diante do quadro delineado nos autos, principalmente diante dos elementos trazidos a lume pelo depoimento testemunhal, que descortina a impossibilidade da parada pelo tempo mínimo legal, para fins de descanso e alimentação. Havendo elementos que determinam a possibilidade de aferir controle de jornada, no caso ainda que externa, se concretiza a possibilidade de ensejar a condenação a título de horas intervalares suprimidas, visto que suportada sua não concessão por meio do depoimento testemunhal. Não se sustenta, porém, a alegação de que as horas em domingos somente foram quitadas no último ano de prestação. A observação dos registros em comparação com os pagamentos efetivados, conforme constam dos documentos que compõem o anexo, dão conta de que as horas trabalhadas em domingos, que não foram compensadas, estão devidamente quitadas na conformidade dos contracheques. Nada a reformar."

Sala de Sessões do TRT da 11ª Região. Manaus (AM), 21 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Silmara Iesa G. Rodrigues

Secretária da E. 3ª Turma, em substituição

08. PROCESSO TRT - 11ª - 3ª TURMA - RO-0001932-33.2012.5.11.0014 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRÁS (Drs. Armando Claudio Dias dos Santos Junior e outros). RECORRIDOS: ESDRAS DA SILVA QUINTINO e RJ PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA (Drs. Regina Cecilia de Sena Costa e outro). RELATORA: Desembargadora do Trabalho Ormy da Conceição Dias Bentes. ORIGEM: 14ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

CERTIFICO que em sessão da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; presentes, ainda, Excelentíssimo Desembargadora do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES, Relatora; Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, e ainda, Excelentíssima Procuradora do Trabalho FABIOLA BESSA SALMITO LIMA, a qual se manifestou que, não sendo nenhuma das partes, Pessoa Jurídica de Direito

Público, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, deixa o Ministério Público do Trabalho de emitir Parecer, nesta oportunidade (Lei Complementar nº 75/1993, art. 83, XIII), reservando-se, contudo, à futura manifestação e interposição de recurso, foi proferido o seguinte:

ACÓRDÃO 3ª TURMA

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer parcialmente do recurso da litisconsorte e negar-lhe provimento, mantendo a decisão de piso em todos os seus aspectos. São estas as razões de decidir: "V O T O: Conhecimento. O recurso ordinário se encontra tempestivo e possui parte legítima devidamente representada (fls. 145v), bem como depósito recursal e custas processuais devidamente recolhidos (fls. 143 e verso). Todavia, há que se destacar a ausência de contestação que se operou nos presentes autos, tendo em vista que, apesar do erro material no termo de audiência (fls. 27), a litisconsorte teve declarada a sua revelia, nos termos do art. 844 da CLT. De fato, sendo a litisconsorte declarada revel, reputa-se inexistente a contestação juntada às fls. 37/47. Neste sentido há entendimento de outros Egrégios e do C. TST, como cito: [...]. RECURSO DE REVISTA. REVELIA. CONFISSÃO FICTA. COMPARECIMENTO APENAS DO ADVOGADO DO RECLAMADO. Tese regional no sentido de que "a ausência do preposto à audiência inaugural acarreta efetivamente a confissão quanto à matéria fática, porém não implica em revelia, uma vez que se fez presente o advogado da empresa, munido de procuração, contestação e documentos, o que evidencia o ânimo defensorio" contraria o entendimento da Súmula 122/TST, segundo a qual "a reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração (...)". Recurso de revista conhecido e provido. (TST - RR: 1332005820095120025 133200-58.2009.5.12.0025, Relator: Rosa Maria Weber, Data de Julgamento: 11/05/2011, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/05/2011) (grifo acrescentado). ADVOGADO PRESENTE À AUDIÊNCIA MUNIDO DE CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS. DECLARAÇÃO DE REVELIA MANTIDA. CERCEIO NO DIREITO DE PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL. CONFISSÃO FICTA. EFEITOS RELATIVOS. NULIDADE PROCESSUAL PARCIALMENTE ACOLHIDA. Os arts. 843 e 844 da CLT, estabelecem que na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes, salvo nos casos de Reclamações Plúrimas ou Ações de Cumprimento, quando os empregados poderão fazer-se representar pelo sindicato de sua categoria. O não-comparecimento do reclamante à audiência inaugural importa o arquivamento da reclamação e o do reclamado na revelia, além da confissão quanto à matéria fática. A lei é clara. Exige, com exceção das reclamações plúrimas e ações de cumprimento, o comparecimento das partes, sob pena de ser arquivada ou decretada a revelia, independentemente de seus representantes legais. Assim, se o reclamante não comparece à audiência inaugural deve ser arquivada a sua reclamação. Se for a reclamada, deve ser considerada revel. Assim, encontrando-se o seu advogado presente, munido de procuração, portando defesa e documentos, não obstante seja mantida a revelia e o indeferimento de juntada da contestação, o ato do juiz que indefere a juntada de documentos aos autos cerceia o direito da parte à ampla produção de provas. Precisamente porque a confissão por presunção, efeito da revelia, por ser relativa e não absoluta, pode ser afastada ou minimizada por outras provas. Recurso a que se dá provimento para declarar a nulidade do processo a fim de garantir à parte revel o direito de juntar os documentos. (TRT-5 - RO: 185000920055050121 BA 0018500-09.2005.5.05.0121, Relator: DALILA ANDRADE, 2ª. TURMA, Data de Publicação: DJ 25/07/2006) (grifo acrescentado).

Neste sentido, o art. 319 do CPC, com aplicação subsidiária nesta especializada, assevera que o resultado da revelia é que 'os fatos da exordial serão reputados verdadeiros', acrescentando o inciso "I" do art. 320 que se um dos litisconsortes contestar a ação, tal efeito, ou seja, a "confissão ficta" não se opera. Daí temos, que a contestação por um dos litisconsortes impede a existência de confissão ficta do réu revel quanto aos fatos, embora não elida a revelia. E nem poderia, uma vez que revelia traduz-se em ausência de contestação. Portanto, ainda que no presente caso haja contestação pela reclamada, a litisconsorte revel não poderá trazer em sede recursal argumentos referentes ao mérito da questão, devendo ater-se às questões de ordem pública ou de error in procedendo do julgador, como invalidade de citação, dentre outros. Decorrente deste pensamento, não há que se alegar ofensa ao princípio "iura novit curia", ou seja, que o Julgador conhece o direito, podendo a parte alega-lo irrestritamente em sede recursal. Tal se dá, tendo em vista que a aplicação irrestrita deste princípio em sede recursal acarretaria em inovação processual, prejudicando a dialeticidade do mesmo, podendo a parte adversa ser surpreendida a todo tempo com argumentação nova. Neste sentido, temos que a inovação recursal é totalmente defesa pelo ordenamento pátrio, como cito: RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. A inovação recursal é repudiada por nosso ordenamento jurídico e pela doutrina e jurisprudência nacionais, de maneira que tanto ao recorrente quanto ao recorrido é vedado modificar a causa de pedir ou o pedido (nova demanda), bem como alegar questões novas, salvo na hipótese de fatos novos, que não foram levantados por motivo de força maior (art. 517, do CPC). São, de fato, os termos da inicial e da defesa que determinam o norte a ser seguido pelo julgador, na solução do dissídio. Assim, definidos os parâmetros da lide, deles não podem mais as partes se afastar, alterando, ao seu bel prazer, as versões com base nas quais buscam defender seus direitos, em respeito, inclusive, ao princípio da lealdade processual. Não há, destarte, como alterar o julgado a partir da análise de tese que não integrou, sob nenhum ângulo, a proemial. Entendimento diverso importaria, ressalte-se, em violação aos artigos 128 e 460 do Código de Rito. Dessa forma não conheço do pleito de pagamento de meia diária dos sábados por inovação recursal. (RO 0000499-98.2010.5.06.0241, Relator: Valdir José Silva de Carvalho, Data de Publicação: 23/09/2010) Na verdade, este Egrégio já se manifestou em tal sentido, como colaciono: [...]. RECURSO ORDINÁRIO. RECLAMADA. REVELIA. Havendo revelia da reclamada, em grau recursal, a mesma estará adstrita a alegação de natureza pública ou error in procedendo, não podendo manifestar-se quanto ao mérito. [...] (PROCESSO TRT RO- 0001788-60.2010.5.11.0004) . Portanto, nos ditames acima exposto, conheço do recurso da reclamada, tão somente naquilo que versa de matéria de ordem pública ou error in procedendo,

resumindo-se tal, *in casu*, à alegação ilegitimidade passiva *ad causam*. Fundamentação. Ilegitimidade passiva *ad causam*. Entende a litisconsorte que a mesma não pode figurar na presente ação, posto que, segundo alega, o contrato de labor do obreiro deu-se diretamente com a reclamada, sendo que a litisconsorte apenas contratou os serviços da demandada por meio de licitação, não podendo figurar na presente ação, não sendo responsável nem mesmo subsidiariamente por obrigações trabalhistas caso havido contrato administrativo válido, nos moldes do art. 71, §1º da Lei 8.666/93. Porém, o litisconsorte alega questão estritamente vinculada ao próprio mérito da causa para tentar preliminarmente deixar a lide, o que não pode ser aceito, visto que se encontra impossibilitada de atacar o mérito em face da revelia operada, muito menos o podendo fazer em sede preliminar. Além do mais, adota a teoria da asserção, onde a legitimidade passiva, *a priori*, é configurada pela indicação do autor, na vestibular, das partes contra as quais pretende demandar e então na parte meritória, a qual a litisconsorte não pode atacar, procede-se a verificação da existência de responsabilidade da parte inserida na lide ou não. Preliminar rejeitada."

Sala de Sessões do TRT da 11ª Região. Manaus (AM), 21 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Silmara Iesa G. Rodrigues

Secretária da E. 3ª Turma, em substituição

09. PROCESSO TRT - 11ª - 3ª TURMA - RO-0002405-43.2012.5.11.0006 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: SILVANETE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA (Drs. Tales Benarros de Mesquita e outros). RECORRIDO: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA (Drs. Jose Alberto Maciel Dantas e outros). RELATORA: Desembargadora do Trabalho Ormy da Conceição Dias Bentes. ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

CERTIFICO que em sessão da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; presentes, ainda, Excelentíssima Desembargadora do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES, Relatora; Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, e ainda, Excelentíssima Procuradora do Trabalho FABIOLA BESSA SALMITO LIMA, a qual se manifestou que, não sendo nenhuma das partes, Pessoa Jurídica de Direito Público, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, deixa o Ministério Público do Trabalho de emitir Parecer, nesta oportunidade (Lei Complementar nº 75/1993, art. 83, XIII), reservando-se, contudo, à futura manifestação e interposição de recurso, foi proferido o seguinte:

ACÓRDÃO 3ª TURMA

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer o recurso obreiro e dar-lhe provimento, reformando a sentença de piso para deferir a contagem dos 10 minutos previsto no art. 58, §1º da CLT como horas extras. Mantida a decisão de piso em seus demais aspectos. Majorado o valor da condenação para R\$10.900,00, com custas pela reclamada no valor de R\$218,00. São estas as razões de decidir: " V O T O: Conhecimento. Recurso ordinário, interposto pelo reclamante, encontra-se tempestivo. Parte legítima, devidamente representada por advogado regularmente habilitado (fl. 14). Custas processuais isentas. Processamento regular e adequado. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conhecimento do recurso. Por igual motivo, preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conheço das contrarrazões apresentadas. II) Mérito. O presente recurso possui como sua única razão de ser, a busca da reforma da sentença de mérito pela reclamante somente no ponto em que determinou que o deferimento das horas extras não incluía os 10 minutos previstos no art. 58, §1º da CLT, que diz: Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite. § 1º Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Apesar das contrarrazões da reclamada, que não atacaram o tema em específico, mas limitou-se apenas em repetir os argumentos da contestação que sequer adentram no neste aspecto da discussão, merece guarida o recurso da obreira. Isso ocorre porque a regra acima exposta visa isentar a empregadora apenas de pagar aqueles minutos do final da jornada de labor em que pode haver congestionamento nos meios de registro da jornada. Assim, evidenciado que ocorreu, na verdade, a prestação de trabalho e regime extraordinário, tal período de 10 minutos deverá ser computado e pago como horas extras. De fato, tal tema está pacificado na Justiça Trabalhista, por meio da Súmula n. 366 do C. TST, que colaciono: Súmula nº 366 do TST. CARTÃO DE PONTO. REGISTRO. HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 23 e 326 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal. (grifo acrescentado)."

Sala de Sessões do TRT da 11ª Região. Manaus (AM), 21 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Silmara Iesa G. Rodrigues

Secretária da E. 3ª Turma, em substituição

10. PROCESSO TRT - 11ª - 3ª TURMA - RO-0001248-50.2012.5.11.0001 - RITO SUMARÍSSIMO. RECORRENTE: LENISE NASCIMENTO BEZERRA (Drs. Celso Valério França Vieira e outros). RECORRIDO: AGÊNCIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - AADES (Drª. Luciana Marcia Normando Mitoso). RELATORA: Desembargadora do Trabalho Ormy da Conceição Dias Bentes. ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

CERTIFICO que em sessão da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; presentes Excelentíssima Desembargadora do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES (Relatora); e Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, Membro convocado da 2ª Turma; e ainda, Excelentíssima Procuradora do Trabalho FABIOLA BESSA SALMITO

LIMA, a qual se manifestou que, não sendo nenhuma das partes, Pessoa Jurídica de Direito Público, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, deixa o Ministério Público do Trabalho de emitir Parecer, nesta oportunidade (Lei Complementar nº 75/1993, art. 83, XIII), reservando-se, contudo, à futura manifestação e interposição de recurso, foi proferido o seguinte:

ACÓRDÃO 3ª TURMA

ACORDAM os Desembargadores da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, por unanimidade de votos, conhecer o recurso ordinário e, por maioria, dar-lhe parcial provimento para reconhecer a rescisão indireta e condenar a reclamada ao pagamento de 13º salário; férias acrescidas de 1/3; FGTS (8%) referente ao período contratual e rescisório, em valor a ser apurado em liquidação de sentença; efetuar a baixa da CTPS da reclamante com data de 04/10/2012, bem como excluir da condenação o pagamento de saldo de salário e da multa prevista no art. 480 da CLT, mantendo a sentença nos demais termos. Custas pela reclamada na quantia de R\$-100,00, calculadas sobre o valor da condenação ora arbitrado em R\$-5.000,00. São estas as razões de decidir do Exmo. Desdor. do Trabalho Jorge Alvaro Marques Guedes: Alegou a reclamante, na inicial, que foi admitida na reclamada em 03/10/2011 para exercer o cargo de assistente social percebendo o salário de R\$2.200,00; que trabalhou até 10/04/2012 sempre desempenhando a função de monitora, cumprindo horário das 13h às 19h de segunda a sexta, caracterizando o desvio de função; que ajuizou ação com pedido de rescisão indireta por desvio de função; que no dia 17 de maio de 2012 recebeu da reclamada comunicação de abandono de emprego e de demissão por justa causa. Pleiteia a rescisão indireta do contrato por justa causa do empregador, com o consequente pagamento das verbas rescisórias, indenização por dano moral, aplicação do art. 467 da CLT, anotações na CTPS, seguro desemprego e concessão da justiça gratuita. A reclamada negou o desvio de função. O MM. Juízo de 1º Grau rejeitou a preliminar de inépcia da inicial e julgou parcialmente procedente a reclamatória; indeferiu o pedido de rescisão indireta do contrato de trabalho por justa causa da empregadora; considerou a rescisão como pedido de demissão no dia 10.04.2012, deferiu o pagamento de 10 dias de salário e condenou a reclamante ao pagamento pela metade, da remuneração a que tinha direito até o final do contrato, em favor da reclamada, na forma do art. 480 c/c o art. 479 da CLT, o que deverá ser calculado pela Secretária da Vara. A reclamante interpôs recurso ordinário insistindo na existência do desvio de função e alteração unilateral do contrato que autoriza a rescisão motivada do contrato de trabalho (justa causa do empregador). Pede a rescisão indireta e consequente pagamento das verbas rescisórias e exclusão da multa prevista no art. 480 da CLT. Com razão a reclamante. Consoante contrato individual de trabalho por prazo determinado de fls. 21 a 23 a autora foi contratada para o cargo de assistente social mediante salário mensal de R\$2.200,00. Durante a instrução do feito a reclamante declarou que "o desvio de função discutido não implicou em aumento de funções, mas numa diminuição da atividade da assistente social; que não discute valores, mas simplesmente o desvio de função, porque nunca ocorreu a função de assistente social". Disse ainda que as atividades que desempenhava eram diferentes do edital. A testemunha arrolada pela autora, Sra. Mirian Aranda, afirmou que "trabalhou para a reclamada de outubro a dezembro do ano passado, como monitora, embora tenha sido submetida a um processo seletivo para assistente social... que a reclamante também trabalhava como monitora... que o trabalho de ambas consistia em receber as pessoas na recepção e transmitir informações para a parturiente de que seu parente estava ali e para este que a parturiente estava bem; que não dispunha de sala, mesa, nem cadeira para o desempenho de suas funções..." No anexo I do edital (fl.34), há descrição das atribuições da assistente social que em nada se assemelha as relatadas pela reclamante e sua testemunha. Como se vê, a reclamante se desincumbiu do ônus que lhe cabia de provar que houve o desvio de função, o que caracterizada a hipótese do art. 483, "d" do consolidado trabalhista e enseja a rescisão indireta. Portanto, reformo a sentença nesse aspecto para reconhecer a rescisão indireta e condenar a reclamada ao pagamento das seguintes verbas rescisórias considerando o contrato de trabalho por tempo determinado: 13º salário; férias acrescidas de 1/3; FGTS (8%) referente ao período contratual e rescisório, em valor a ser apurado em liquidação de sentença; bem como a efetuar a baixa da CTPS da reclamante com data de 10/04/2012. Considerando, ainda, o reconhecimento da rescisão indireta excluo da condenação a multa prevista no art. 480 da CLT. Excluo também da decisão recorrida o pagamento de 10 dias de salário porque pago, conforme comprovante de fl. 79. Indefiro a multa do art. 467 da CLT, em razão da ausência de parcelas incontroversas. Voto parcialmente divergente da Excelentíssima Desembargadora do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES que excluía, tão somente, a multa imposta à reclamante. Obs: Exmo. Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES - Voto vencedor.

Sala de Sessões do TRT da 11ª Região. Manaus, 21 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Silmara Iesa G. Rodrigues

Secretária da E. 3ª Turma, em substituição

11. PROCESSO TRT - 11ª - 3ª TURMA - ED/RO-0002199-05.2012.5.11.0014 - RITO SUMARÍSSIMO. EMBARGANTE: PKK CALÇADOS LTDA. (DI SANTINI) (Dr. Renato Mendes Mota). EMBARGADA: BRUNA MONTEIRO ALVES (Dr. Ademário do Rosário Azevedo). RELATOR: Desembargador do Trabalho Audaliphal Hildebrando da Silva. ORIGEM: 14ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.

CERTIFICO que em sessão da TERCEIRA TURMA do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador do Trabalho ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES; presentes Excelentíssimo Desembargador do Trabalho AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA, Relator, e Excelentíssimo Desembargador do Trabalho JORGE ALVARO MARQUES GUEDES; e ainda, Excelentíssima Procuradora do Trabalho FABIOLA BESSA SALMITO LIMA, a qual se manifestou que, não sendo nenhuma das partes, Pessoa Jurídica de Direito Público, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional, deixa o Ministério Público do Trabalho de emitir Parecer, nesta oportunidade (Lei Complementar nº 75/1993, art. 83, XIII), reservando-se, contudo, à futura manifestação e interposição de recurso, foi proferido o seguinte:

ACÓRDÃO 3ª TURMA

BACORDAM os Desembargadores do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Embargos de declaração opostos e, no mérito, dar-lhes parcial provimento com vistas a corrigir inexatidão material constante na sentença primária, nos seguintes termos: 1) onde se lê: *considerar como remuneração o valor de R\$ 6.600,00*; leia-se: *considerar como remuneração o valor de R\$ 660,00*, (fl. 63) e, 2) onde se lê: *a partir do momento em que a reclamada recusa sua reintegração (...)*; leia-se: *a partir do momento em que a reclamante recusa sua reintegração (...)*. (fl. 62). Tudo na forma da fundamentação seguinte: "VOTO: I. ADMISSIBILIDADE. Conheço de ambos os embargos de declaração opostos pelas partes, porque preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade. II. MÉRITO. 1. Erro material. A embargante alega a presença de dois erros materiais na decisão de fls. 109/112, quais sejam: quanto ao valor da remuneração da reclamante fixado para fins de liquidação dos haveres trabalhistas fixados no título executivo judicial; e quanto ao verbete "reclamada" utilizado indevidamente em trecho no qual a decisão se refere à reclamante. Com razão. O erro material pode ser sanado a qualquer tempo, sem que seja caracterizada qualquer ofensa à coisa julgada, mormente porque a correção do erro constitui mister inerente à função jurisdicional. Essa é a inteligência da norma prevista no art. 463, I, do Código de Processo Civil, que admite que o magistrado altere a decisão tão-somente nas hipóteses de correção de inexatidões materiais ou retificação de erros de cálculo - erro material - ou por meio de embargos de declaração. Nessa esteira acolho o pedido da reclamada a fim de se corrigir inexatidão material constante na sentença, nos seguintes termos: 1) onde se lê: *considerar como remuneração o valor de R\$ 6.600,00*; leia-se: *considerar como remuneração o valor de R\$ 660,00*, (fl. 63) e, 2) onde se lê: *a partir do momento em que a reclamada recusa sua reintegração (...)*; leia-se: *a partir do momento em que a reclamante recusa sua reintegração (...)*. (fl. 62). Pedido de correção acolhido. 2. Contradição. Por derradeiro, a embargante, alega contradição na medida em que o acórdão turmário não se encontra alinhado com os termos da art. 10 do ADCT da Constituição Federal, bem como com o teor da Súmula nº. 244 do TST. Verifica-se, que, em verdade, a embargante pretende rediscutir matéria já apreciada e decidida, tentando obter a reforma do julgado, o que se afigura inadmissível por meio do meio processual escolhido. Registre-se ainda que não está o Juízo obrigado a refutar uma a uma as alegações das partes, nem a mencionar os inúmeros dispositivos legais, súmulas e entendimentos por elas aventados, por mais respeitáveis que sejam, desde que fundamenta as razões de decidir, como na presente hipótese. Embargos rejeitados neste aspecto."

Sala de Sessões do TRT da 11ª Região. Manaus (AM), 21 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Silmara Iesa G. Rodrigues

Secretária da E. 3ª Turma, em substituição

Manaus, 03 de dezembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

MARIA JOSÉ DA SILVA FREITAS SANTOS

Secretária da E. 3ª Turma

GABINETE DESDORA. FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE

EDITAL Nº 051/2013 - 1ª TURMA

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

De ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Convocado deste Gabinete, faço saber que em 28.11.2013 foram assinados os seguintes Acórdãos:

01.
PROCESSO TRT RO-0001609-95.2011.5.11.0003

ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Recorrente: SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA S.A.
Advogados: Dra. Alessandra Barroso Almeida e outros

Recorrida: TAINÁ RODRIGUES DE OLIVEIRA
Advogada: Dra. Elisabete Lucas

RELATOR: Juiz do Trabalho Convocado JOSÉ DANTAS DE GÓES

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. NEXO DE CAUSALIDADE DA DOENÇA COM O TRABALHO. VALOR REPARATÓRIO. REDUÇÃO. Provado por perícia técnica que a reclamante no desempenho das atribuições funcionais esteve submetida a risco ergonômico, indubitável que as doenças de que fora acometida (tendinopatia do supra-espinhoso e do subescapular), guardam nexo de causalidade com as atividades que desenvolvia, a ensejar reparação civil pelos danos morais e materiais sofridos. Trata-se de responsabilidade objetiva do empregador, em que não se perquire sobre sua culpa, sendo suficiente para desencadeá-la a mera atividade empresarial em condições de risco (art. 186 e 927, parágrafo único do CCB). O arbitramento da indenização deve obedecer a critérios de razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as circunstâncias da ocorrência, a condição pessoal do empregado, a capacidade financeira da empresa e a gravidade da lesão. O quantum há de representar o ponto de equilíbrio que melhor tangencie os ideais de justiça, sem configurar acréscimo patrimonial.

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho e Juizes Convocados da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e rejeitar a preliminar de suspensão do processo. No mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para reduzir as indenizações por danos morais e materiais para R\$10.000,00, cada, conforme os fundamentos. Custas de atualização pela reclamada na quantia de R\$400,00, já recolhidas. Voto parcialmente divergente do Exmo. Juiz do Trabalho JOSÉ DANTAS DE GÓES, que reduzia as referidas indenizações para R\$20.000,00, cada.

02.
PROCESSO TRT RO-0000930-40.2012.5.11.0010

ORIGEM: 10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Recorrentes: CEMAZ INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA S.A.
Advogados: Dr. Márcio Luiz Sordi e outros

SHIRLEY BALIEIRO DA SILVA
Advogados: Dr. Mário Jorge Oliveira de Paula Filho e outros

Recorridos: OS MESMOS

RELATOR: Juiz do Trabalho Convocado JOSÉ DANTAS DE GÓES

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. NEXO CONCAUSAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EMPREGADOR. Provado que a atividade desempenhada pela autora na reclamada atuou no recrutamento da tendinite calcária que a acomete, faz jus à indenização pelos danos morais e materiais sofridos. A hipótese atrai a regência dos arts. 186 e 927, parágrafo único, do CCB, estando enquadrada na teoria da responsabilidade objetiva, por meio da qual independe de culpa a responsabilidade do empregador, bastando para caracterizá-la a atividade empresarial exercida em condições de risco para o empregado.

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho e Juizes Convocados da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos, dar provimento parcial ao da reclamante para efeito de fixar em R\$10.000,00 a indenização por danos morais e, por maioria, dar provimento parcial ao da reclamada para reduzir para R\$10.000,00 a indenização por danos materiais, mantendo a sentença nos demais termos. Custas de atualização pela reclamada, calculadas sobre o valor arbitrado de R\$20.000,00, no importe de R\$400,00. Voto parcialmente divergente do Exmo. Juiz do Trabalho JOSÉ DANTAS DE GÓES, que negava provimento ao recurso da reclamada.

03.
PROCESSO TRT RO-0001505-60.2012.5.11.0006

ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Recorrente: ANA CRISTINA SILVA NASCIMENTO
Advogados: Dra. Ana Maria Holanda Farias Sales e outros

Recorridas: REFEIÇÕES PURAS RID LIMITADA
Advogada: Dra. Cláudia Moraes Nadaf da Costa

SEMP TOSHIBA DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogados: Dr. Márcio Luiz Sordi e outros

RELATOR: Juiz do Trabalho Convocado JOSÉ DANTAS DE GÓES

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COPEIRA. NEXO DE CONCAUSALIDADE. DEVER DE INDENIZAR. Provado que a reclamante no desempenho das funções de copeira jr. sofreu quedas que contribuíram para o agravamento do problema de coluna (lombal e cervical), faz jus à indenização por danos morais postulada. Nestas circunstâncias e em face da responsabilidade objetiva, consagrada no art. 927, parágrafo único, do CCB, que prescinde da comprovação do dolo ou da culpa, a obrigação do empregador de reparar o dano decorre do mero implemento ou incremento do risco pelo exercício da atividade econômica. Inteligência dos arts. 186 e 927, parágrafo único, do CCB.

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho e Juizes Convocados da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e dar-lhe provimento em parte para deferir a indenização por danos morais, no montante de R\$15.000,00, conforme os fundamentos, mantendo a sentença quanto aos demais termos. Inverta-se o ônus da sucumbência, cominando custas à reclamada no valor de R\$300,00.

04.
PROCESSO TRT RO-0000834-93.2012.5.11.0052

ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA

Recorrentes: FRIOS RIO BRANCO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e F. LOPES DEFANTE E CIA. LTDA.
Advogados: Dr. Márcio Luiz Sordi e outros

JAELSON FERREIRA DA SILVA
Advogados: Dr. Allan Kardec Lopes Mendonça Filho e outros

Recorridos: OS MESMOS

RELATOR: Juiz do Trabalho Convocado JOSÉ DANTAS DE GÓES

EMENTA: JUSTA CAUSA. ATO DE IMPROBIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA. Inexistindo prova nos autos de que o empregado desviou valores da empresa, incabível sua dispensa por justa causa, sobretudo quando comprovado que o déficit apontado como sendo do obreiro, em verdade tratava-se de dívidas de clientes, em vista da prática adotada pela empregadora de transferir ao reclamante os riscos do negócio, obrigando-o a quitar as vendas realizadas por ele e não pagas.

DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. É inegável que a atitude arbitrária da empresa, em não repassar as comissões decorrentes das vendas realizadas pelo reclamante, atingiu-o em sua honra e dignidade, causando dor e constrangimento moral, já que delas dependia para sua sobrevivência. Impõe-se ao empregador o dever de indenizar, pois patente o ato ilícito cometido.

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho e Juizes Convocados da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso, rejeitar o pedido de suspensão do presente feito e, no mérito, negar-lhe provimento a fim de manter inalterada a decisão recorrida, inclusive quanto às custas.

05.
PROCESSO TRT AP-0218200-89.2009.5.11.0013

ORIGEM: 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

Agravante: AILTON DO NASCIMENTO SILVA
Advogada: Dra. Carmen Valery Romero SalvioniAgravada: MIR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - RAMSONS
Advogados: Dr. Marcio Luiz Sordi e outros

RELATOR: Juiz do Trabalho Convocado JOSÉ DANTAS DE GÓES

EMENTA: SENTENÇA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. Tendo havido pedido de subtração nos cálculos dos valores pagos a título de horas extras constantes dos contracheques na petição, porém, tendo a parte esquecido de proceder este desconto quando da elaboração de seus cálculos, não há que se falar em sentença extra petita, especialmente quando há determinação na sentença de mérito transitada em julgado para que fosse procedido este desconto. IMPOSTO DE RENDA. CÁLCULO MÊS A MÊS E NÃO SOBRE A TOTALIDADE DO CRÉDITO. Em atenção ao disposto no art. 12-A da Lei nº 7.713/1988, acrescentado pela Lei nº 12.350/2010, e nas Instruções Normativas - RFB nºs 1.127/2011 e 1.145/2011, a apuração do imposto de renda deve obedecer ao critério mensal, observado o regime da competência, e não incidir sobre a totalidade do crédito.

ACORDAM os Desembargadores do Trabalho e Juízes Convocados da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do agravo de petição e negar-lhe provimento, mantendo inalterada a sentença atacada.

O presente EDITAL encontra-se disponibilizado na internet pelo site: <http://www.trt11.jus.br/diario>

Manaus, 2 de dezembro de 2013.

JANDER LÚCIO TEIXEIRA E SILVA
Analista Judiciário**GABINETE DESDORA. MARIA DAS GRACAS ALECRIM MARINHO**

EDITAL Nº 027/2013 - 1ª TURMA - INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃOS

De ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO - Relatora, faço saber que em 2.12.2013, foram assinados os seguintes acórdãos:

01.
PROCESSO TRT RO - 0001087-44.2011.5.11.0011
ORIGEM: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUSRECORRENTE:
MARIA AUXILIADORA ARAÚJO DE VASCONCELOS
Advogados: Dr. Roberto Gomes Ferreira e OutrosRECORRIDA:
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB
Advogados: Dr. Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior e Outros

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: PROMOÇÃO POR MERECEMENTO. CONAB. CRITÉRIOS SUBJETIVOS. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PELO RECLAMANTE. A promoção por merecimento pressupõe critérios subjetivos. Inexistindo na norma regulamentar interna da empresa a possibilidade de ascensão funcional automática, a avaliação em questão é ato discricionário do empregador. Trata-se, portanto, de condição que não pode ser suprida pelo Poder Judiciário, já que não há como supor que a parte autora preencha, efetivamente, os requisitos para a promoção, mormente porque não demonstrado nos autos a satisfação das condições necessárias à promoção por mérito. Recurso conhecido e improvido.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso interposto e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a sentença, na forma da fundamentação.

02.
PROCESSO TRT RO - 0001099-85.2011.5.11.0002
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUSRECORRENTE:
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Advogados: Dr. André Luiz Damasceno de Araújo e OutrosRECORRIDO:
HERMENEGILDO MARTINS DE ALMEIDA
Advogados: Dr. Antônio Costa e Outros

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: PROGRESSÃO HORIZONTAL POR ANTIGUIDADE. PAGAMENTO DE FORMA ANTECIPADA. INSTITUTOS DE MESMA NATUREZA. Os empregados da ECT têm direito, a cada três anos, à progressão funcional por antiguidade. Contudo, quando provada documentalmente sua efetiva concessão, não há falar em novo pagamento e reflexos. Recurso conhecido e provido.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário e dar-lhe provimento, para, reformando a sentença de origem, julgar totalmente improcedentes os pedidos formulados na inicial, na forma da fundamentação.

03.
PROCESSO TRT RO - 0001190-72.2011.5.11.0004
ORIGEM: 4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUSRECORRENTE:
JORGE WAGNER RIBEIRO SENA
Advogados: Dra. Ana Virgínia Arakian Izel e OutrosRECORRIDAS:
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS

Advogados: Dra. Juliana Terezinha da Silva Medeiros e Outros

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro e Outros

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CONTINUIDADE DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. De acordo com a legislação vigente à data da adesão do empregado ao regulamento da Petros (Lei nº 6.950/81), o pagamento da suplementação de aposentadoria está condicionado ao desligamento do empregado da empresa, sob pena de desvirtuar-se a natureza do benefício. Recurso conhecido e improvido.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso, rejeitar as preliminares arguidas pela 1ª reclamada e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da fundamentação.

04.
PROCESSO TRT RO - 0001193-88.2011.5.11.0016
ORIGEM: 16ª VARA DO TRABALHO DE MANAUSRECORRENTES:
CLOUDES GALVÃO DE BARROS
Advogados: Dr. José Manoel Biatto de Menezes e OutrosIMC SASTE CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
Advogados: Dra. Edmarie de Jesus Cavalcante e OutrosRECORRIDOS:
OS MESMOSPETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A
Advogados: Dr. Raimundo Rafael de Queiroz Neto e Outros

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: CANCELAMENTO DE PLANO DE SAÚDE DURANTE O AFASTAMENTO DO EMPREGADO PARA GOZO DE AUXÍLIO-DOENÇA. OFENSA AO ART. 468 DA CLT. A exclusão dos dependentes do obreiro do plano de saúde oferecido pela empresa, durante o seu afastamento em auxílio-doença, configura alteração prejudicial do contrato de trabalho, em clara violação ao disposto no art. 468 da CLT. Recursos conhecidos e provido, parcialmente, apenas o da reclamada para excluir os honorários advocatícios.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso da reclamada, para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, mantendo a sentença em todos os demais termos e, por maioria, negar provimento ao recurso do reclamante, na forma da fundamentação. Mantido o mesmo valor arbitrado para efeito de custas. Voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador do Trabalho ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA, que majorava a indenização por danos morais para R\$5.000,00.

05.
PROCESSO TRT RO - 0001279-08.2011.5.11.0013
ORIGEM: 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUSRECORRENTE:
ESTALEIRO BIBI LTDA.
Advogados: Dra. Graziela da Costa Batista e OutrosRECORRIDA:
ANA CRISTINA ALBUQUERQUE ROBERTO
Advogados: Dra. Cristiane Borges da Silva e Outros

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ÔNUS DA PROVA. Admitida a prestação de serviços, é ônus da empresa provar o fato extintivo do direito da autora, do qual não se desincumbiu a contento.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para, reformando a sentença, reconhecer o vínculo empregatício apenas no período de 2.1.2010 a 28.2.2010, com as verbas contratuais/rescisórias do período e deferir as horas extras a 50% a serem apuradas pela Contadoria Judicial com base na jornada de trabalho ora arbitrada, além de excluir da condenação as horas interjornadas, mantendo a sentença em todos os demais termos, na forma da fundamentação. Custas de atualização, calculadas sobre o valor arbitrado de R\$5.000,00, na quantia de R\$100,00.

06.
PROCESSO TRT RO - 0001561-42.2011.5.11.0002
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUSRECORRENTE:
MANUEL CAMPOS DE LIMA
Advogados: Dr. Wiston Feitosa de Souza e OutrosRECORRIDO:
MARTINS COMÉRCIO SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S/A
Advogados: Dr. Renato Mendes Mota e Outros

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. DOENÇA OCUPACIONAL. A não realização de prova pericial em ação na qual se discute matéria de cunho eminentemente técnico, no que tange ao reconhecimento de doença ocupacional, caracteriza cerceamento de defesa, com violação ao art. 5º, inciso LV, da Constituição da República, razão pela qual impõe-se a declaração, de ofício, de nulidade da sentença.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, declarar de

ofício a nulidade da decisão de primeiro grau, determinando a baixa dos autos à vara de origem para realização de perícia técnica e prolatação de nova decisão singular, como entender, na forma da fundamentação.

07.
PROCESSO TRT RO - 0000520-16.2011.5.11.0010
ORIGEM: 10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTE:
ALZEIR FERREIRA DA SILVA
Advogado: Dr. Geoffrey Meiriño de Souza

RECORRIDA:
AMAZON REFRIGERANTES LTDA.
Advogados: Dr. Márcio Luiz Sordi e Outros

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: AJUDANTE DE ENTREGA. TRABALHO EXTERNO. APLICAÇÃO DO ART. 62, I, DA CLT. Tratando-se de empregado que laborava em atividade externa, não havendo elementos suficientes para demonstrar que a reclamada efetivamente controlava a sua jornada de trabalho, ainda que indiretamente, não há como se atribuir validade à pretensão em condenar o empregador ao pagamento de horas extras. Recurso conhecido e improvido.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, na forma da fundamentação.

08.
PROCESSO TRT RO - 0000399-73.2011.5.11.0014
ORIGEM: 14ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTE:
EUCATUR - EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
Advogados: Dr. Wellyngton da Silva e Silva e Outros

RECORRIDO:
JEREMIAS NUNES PRATA
Advogados: Dr. Felipe Lucachinski e Outros

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: HORAS EXTRAS. CARTÃO DE PONTO INVÁLIDO. JORNADA DE TRABALHO. Atrai para si o ônus da prova o reclamante que ataca a presunção de veracidade dos cartões de ponto apresentados pela empresa, aduzindo fato constitutivo de seu direito. Recurso conhecido e parcialmente provido.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para excluir da condenação os pleitos de horas extras do período de outubro/2009 a setembro/2010, bem como integração e reflexos legais, e pagamento de honorários advocatícios, na forma da fundamentação.

09.
PROCESSO TRT RO - 0000304-49.2011.5.11.0012
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTES:
MARIA AUXILIADORA MOUZINHO DE ARAÚJO
Advogada: Dra. Vanessa Janine Rodrigues da Costa

SERASA S/A
Advogados: Dra. Mariangela Pernomian de Araújo Medeiros e Outros

RECORRIDOS:
OS MESMOS

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: DESVIO DE FUNÇÃO. Impõe-se a manutenção da sentença que não reconheceu o desvio de função e indeferiu o pagamento de diferença salarial, por se constatar que a reclamante não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus que lhe competia, no sentido de provar que o empregador modificou as funções originais, destinando-lhe atividade mais qualificada, sem a remuneração correspondente.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos e, no mérito, negar provimento ao da reclamante e dar provimento parcial ao apelo da reclamada para determinar que o percentual de 15% do auxílio a filho excepcional deva incidir sobre o salário normativo disposto na convenção coletiva de fls. 97/103, mantendo a decisão de primeiro grau em todos os demais termos, na forma da fundamentação.

10.
PROCESSO TRT RO - 0000197-14.2011.5.11.0009
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTE:
NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
Advogados: Dra. José Alberto Maciel Dantas e Outros

RECORRIDA:
WIVIANE DE PAULA TORRES DOS SANTOS
Advogada: Dra. Kênia Mônica Arcanjo de Souza

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ÔNUS DA PROVA. A equiparação salarial requer a presença de todos os requisitos estabelecidos no artigo 461 da CLT, sendo da autora o encargo de demonstrar que satisfaz as condições impostas pelo comando legal, por se tratar de fato constitutivo do seu direito. Recurso conhecido e provido.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso interposto pela reclamada e, no mérito, dar-lhe

provimento, para julgar improcedentes os pedidos da reclamatória trabalhista, na forma da fundamentação. Inverta-se o ônus da sucumbência. Custas pela reclamante no importe de R\$600,00, ficando isenta em face do deferimento da gratuidade da justiça.

11.
PROCESSO TRT RO - 0001858-62.2010.5.11.0009
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTE:
ERASMO BARROS PINTO
Advogados: Dr. Jairo Sandrey Israel Santana e Outros

RECORRIDA:
YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogados: Dr. José Alberto Maciel Dantas e Outros

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: DOENÇA PROFISSIONAL. CONCAUSA. DANOS MORAIS. Comprovado que a doença do empregado teve como concausa as condições de trabalho a que foi submetido, bem como a culpa do empregador no desencadeamento da moléstia, impõe-se a responsabilização deste, a fim de garantir o devido ressarcimento ao obreiro. Deve-se, contudo, perfazer detida análise fático-probatória, no desiderato do arbitramento do quantum indenizatório, garantindo-se a efetiva proporcionalidade e razoabilidade. Recurso conhecido e parcialmente provido.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para condenar a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$10.000,00, nos termos da fundamentação. Inverta-se o ônus da sucumbência, cominando à reclamada custas, calculadas sobre o valor da condenação, no importe de R\$200,00.

12.
PROCESSO TRT RO - 0001564-31.2010.5.11.0002
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTE:
ISRAEL XAVIER DA SILVA
Advogados: Dra. Carla Louanny de Andrade da Silva e Outros

RECORRIDA:
COSMOSPLAST INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA.
Advogados: Dra. Andréia Sabino Correia e Outros

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: INCOMPETÊNCIA MATERIAL. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE TRABALHO. Constatada que a ação não é oriunda da relação de trabalho, fuge a esta Justiça Especializada a competência para apreciar a presente causa, porquanto não abrangida no rol do art. 114 da Constituição Federal.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso do reclamante e negar-lhe provimento, determinando o encaminhamento dos autos à Justiça Comum para apreciação e julgamento, como entender de direito.

13.
PROCESSO TRT RO - 0000591-79.2010.5.11.0001
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTE:
JOAQUIM LIMA DA SILVA
Advogado: Dr. Adilson Betcel Vasconcelos

RECORRIDAS:
VULCAPLAST INDÚSTRIA DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogados: Dr. José Wallace Maia da Gama e Outros

2M INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA.

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: DOENÇA OCUPACIONAL. CONCAUSA. DANOS MORAIS. Comprovado que o empregado teve agravada sua saúde em virtude das condições de trabalho a que estava habitualmente submetido, deve ser devidamente ressarcido pelo empregador. Perfaz-se, contudo, detida análise fático-probatória, para efeito de arbitramento do quantum indenizatório, garantindo-se a efetiva proporcionalidade e razoabilidade. Recurso conhecido e parcialmente provido.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para condenar as reclamadas, de forma solidária, a pagarem ao reclamante o valor de R\$10.000,00 a título de indenização por danos morais. Inverta-se o ônus da sucumbência, cominando custas pelas reclamadas, calculadas sobre o valor da condenação, no importe de R\$200,00.

14.
PROCESSO TRT RO - 0001517-06.2010.5.11.0019
ORIGEM: 19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTES:
AIR TIGER DO BRASIL S/A
Advogados: Dra. Maiara Carvalho da Motta e Outros

JOSÉ OZÓRIO DA SILVA
Advogados: Dr. Luciano da Silva Mourão e Outros

RECORRIDOS:
OS MESMOS

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DOENÇA PROFISSIONAL. Impõe-se a manutenção da decisão recorrida que deferiu a indenização por danos morais decorrentes de acidente de

trabalho, por se constatar a existência denexo causal entre a lesão sofrida e o trabalho desenvolvido pelo reclamante e a culpabilidade da reclamada.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos e, no mérito, por maioria, dar-lhes provimento parcial. Ao da reclamada para reduzir a indenização por danos morais para R\$5.000,00 e ao apelo do reclamante para deferir a indenização por danos materiais no valor integral de R\$5.000,00, na forma da fundamentação. Custas de atualização sobre o valor de R\$10.000,00, no importe de R\$200,00. Voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador do Trabalho ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA, que negava provimento a ambos.

15.
PROCESSO TRT RO - 0000201-06.2011.5.11.0006
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTE:
MG GOLD INDÚSTRIA DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogada: Dra. Ana Paula Kohler Martins

RECORRIDO:
EMERSON DE OLIVEIRA SANTOS
Advogados: Dr. Ademário do Rosário Azevedo e Outros

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Impõe-se a manutenção da decisão recorrida que deferiu a indenização por danos morais em razão de violação à intimidade do autor, através de revista íntima abusiva, diante da caracterização do nexo de causalidade e culpabilidade.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para reduzir o valor da indenização por danos morais para R\$10.000,00 e excluir da condenação a multa de 1% por embargos protelatórios, 1% por litigância de má-fé, a indenização de 20% por litigância de má-fé e a multa de 10% por ato atentatório ao exercício da jurisdição impostas em sede de embargos de declaração, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora do Trabalho FRANCISCA RITA ALENCAR ALBUQUERQUE, que reduzia o valor do dano moral para R\$5.000,00.

16.
PROCESSO TRT RO - 0000201-69.2011.5.11.0003
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTES:
ERIVELTON GÓIS DO NASCIMENTO
Advogado: Dr. Valter Ferreira de Lucena

PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
Advogados: Dra. Michelle Gonçalves Evaristo Rocha e Outros

EDIFIC ENGENHARIA E PROJETOS LTDA.
Advogados: Dra. Priscila Lima Moreno e Outros

RECORRIDOS:
OS MESMOS

RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DAS GRAÇAS ALECRIM MARINHO

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. Incurrendo em culpa *in vigilando*, responde o tomador do serviço, subsidiariamente, pela satisfação dos direitos do obreiro, porquanto enquadrada a relação jurídico-laboral em típico processo de terceirização. Aplicável ao caso as disposições da Súmula nº 331, item IV, do TST. Assim, merece interpretação adequada o art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, de forma a coadunar-se com os princípios orientadores do ordenamento pátrio, mormente a dignidade da pessoa humana e a valorização do trabalho.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos e, no mérito, negar provimento aos recursos da litisconsorte e do reclamante; dar parcial provimento ao apelo da reclamada, para limitar o deferimento das horas extras às que forem apuradas com base nos cartões de ponto, observando a jornada de confinamento, além de excluir da condenação a multa de 1% por litigância de má-fé, mantendo a sentença em todos os demais termos, na forma da fundamentação. Custas atualizadas sobre o valor arbitrado de R\$50.000,00, no importe de R\$1.000,00.

Manaus, 3 de dezembro de 2013.

Devane Batista Costa
Chefe de Gabinete da Desembargadora do Trabalho
Maria das Graças Alecrim Marinho

V I S T O:
FELIPE JAIRO NOVO SIMAS
Diretor da Secretaria de Coordenação Judiciária

1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3291/2013
Processo : 01012-2012-001-11-00-0
Reclamante: LUIS FERNANDO BARCELLOS DOS SANTOS
Advogado(a):
Reclamado: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Advogado(a): GISELLE RACHEL DIAS FREIRE
Assunto : FICA A RECLAMADA NOTIFICADA A MANIFESTAR-SE ACERCA DOS CÁLCULOS DO RECLAMANTE, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3292/2013
Processo : 01012-2012-001-11-00-0
Reclamante: LUIS FERNANDO BARCELLOS DOS SANTOS
Advogado(a):
Reclamado: WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
Advogado(a): MARCIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA
Assunto : FICA A RECLAMADA NOTIFICADA A MANIFESTAR-SE ACERCA DOS CÁLCULOS DO RECLAMANTE, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3293/2013
Processo : 01481-2012-001-11-00-9
Reclamante: IVAN DOS SANTOS GUIMARAES
Advogado(a):
Reclamado: HORIZONTE DA AMAZONIA LOGISTICA LTDA
Advogado(a): ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO
Assunto : FICA A RECLAMADA NOTIFICADA A MANIFESTAR-SE ACERCA DOS CÁLCULOS DO RECLAMANTE, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3294/2013
Processo : 01481-2012-001-11-00-9
Reclamante: IVAN DOS SANTOS GUIMARAES
Advogado(a):
Reclamado: CERVEJARIA MIRANDA CORREA S/A - AMBEV
Advogado(a): RAFAEL SGANZERLA DURAND
Assunto : FICA A RECLAMADA NOTIFICADA A MANIFESTAR-SE ACERCA DOS CÁLCULOS DO RECLAMANTE, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3295/2013
Processo : 02764-2012-001-11-00-8
Reclamante: WASHINGTON LUIZ CAMPOS SOBREIRA
Advogado(a): FRANCINEI MOREIRA DE ALMEIDA
Reclamado: BRASIL NORTE BEBIDAS LTDA
Advogado(a):
Assunto : FICA O RECLAMANTE NOTIFICADO A APRESENTAR CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3296/2013
Processo : 00980-2012-001-11-00-9
Reclamante: LEIDE SARA CAMPOS RIBEIRO
Advogado(a): ALCINO VIEIRA DOS SANTOS
Reclamado: COMERCIAL VITORIA LTDA
Advogado(a):
Assunto : FICA O RECLAMANTE NOTIFICADO A APRESENTAR CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3297/2013
Processo : 01389-2010-001-11-00-7
Reclamante: TANIA MARIA DOS SANTOS LAVAREDA
Advogado(a): JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA
Reclamado: MIR IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Advogado(a):
Assunto : FICA O PATRONO ACIMA NOTIFICADO A RECEBER CRÉDITO, NO PRAZO DE 05 DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3313/2013
Processo : 02334-2012-001-11-00-6
Exequente: JOAO PERES DE SOUZA
Advogado(a): ADRIANA DO RIO BRANCO SOUZA
Executado: M F RAPOSO NAVEGACAO LTDA - ME
Advogado(a):
Assunto : De ordem do exmo. Sr. Juiz Titular desta Vara fica o exequente por sua patrona, ADRIANA DO RIO BRANCO SOUZA XAVIER, OAB/AM A-580, notificado para ciência do despacho, conforme abaixo descrito: Vistos etc. O reclamante, identificando a demora no cumprimento do mandado de penhora, contados 90 dias da determinação do ato de constrição e 47 da expedição do mandado, pede a efetivação da medida, assim como sejam oficiados todos os cartórios de notas da capital para que infirmem se os sócios da devedora outorgaram poderes para ascendentes ou descendentes por meio de procuração. O primeiro pedido é razoável e diz respeito diretamente ao ofício do Juízo, a fim de que o processo atinja a sua efetividade; o segundo, contudo, já foge da esfera de sua competência. Destarte, defere-se o pedido de cumprimento do mandado de penhora sobre o bem imóvel da devedora, em nome do sócio principal, determinando o prazo de 10 dias para que o Sr. oficial de justiça dê por cumprida a diligência, sob as penas da lei. Dê-se ciência ao requerente, por sua patrona, via DOEJT.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3314/2013
Processo : 00642-2010-001-11-00-5
Reclamante: JOSE RAIMUNDO DE SOUZA MARQUES
Advogado(a): GERALDO DA SILVA FRAZAO
Reclamado: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a): WALLACE ELLER MIRANDA
Assunto : De ordem do Exmo. Sr. Juiz Titular desta vara fica a executada, por seu patrono, JEVERSON GONÇALVES FRANÇA, OAB/AM- A-904, notificada, para credenciar funcionário, a fim de receber saldo remanescente do depósito judicial de fl. 233.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3299/2013
Processo : 00082-2013-001-11-00-1

Reclamante: MCM COMERCIAL LTDA EPP
Advogado(a): ANGELITO JOSE BARBIERI- OAB/SC-44026, E OUTROS
Reclamado: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
IND.METALURGICAS,MECANICA E MAT. ELETRICO
Advogado(a): RENIR BEGNINI -OAB/AM-5095
Assunto : De ordem do Exmo. Sr. Juiz Titular desta Vara,
ficam os patronos das partes, ANGELITO JOSE BARBIERI, OAB/SC
4.026, E OUTROS, SEBASTIÃO NUNES FURTADO, OAB/PR- 20369,
ANTONIO FABIO DE MENDONÇA, OAB/AM 2275 E RUY SILVIO LIMA DE
MENDONÇA. OAB/AM A-867, notificados, para ciência da Decisão
em sede de Antecipação de Tutela, nos Embargos de Terceiro,
no prazo legal.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3300/2013
Processo : 01556-2012-001-11-00-1
Reclamante: ROSILEIA GOMES RIBEIRO
Advogado(a): MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA
Reclamado: TRIBO DO PE - N/P DA SENHORA DEISE LIMA DUARTE
Advogado(a):
Assunto : FICA O PATRONO ACIMA NOTIFICADO A MANIFESTAR-SE
ACERCA DA PETIÇÃO DA RECLAMADA, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECEBER CREDITO) No 1-3301/2013
Processo : 00120-2010-001-11-00-3
Exequente: MANOEL SILVA NEVES
Advogado(a): LAIANA RODRIGUES GAZEL
Executado: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
Advogado(a): GIZA ALLEM NUNES NAZARÉ
Assunto : De ordem do Exmo. Sr. Juiz Titular desta Vara
fica o exequente por sua patrona, Djane Oliveira Marinho, OAB-
AM - 5.849, notificado, a comparecer perante esta
Secretaria, a fim de receber crédito.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3302/2013
Processo : 01587-2010-001-11-00-0
Reclamante: DIMY ANDERSON DE CARVALHO SANTOS
Advogado(a):
Reclamado: CITELUZ SERVICOS DE ILUMINACAO URBANA LTDA
Advogado(a): ISABELLE BIANCA SAMPAIO GOMES
Assunto : FICA A RECLAMADA NOTIFICADA A MANIFESTAR-SE
ACERCA DOS CÁLCULOS DO RECLAMANTE, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3303/2013
Processo : 00859-2010-001-11-00-5
Reclamante: JEFFERSON DA SILVA OLIVEIRA
Advogado(a):
Reclamado: CIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS
Advogado(a): NATASJA DESCHOOLMEESTER
Assunto : FICA A RECLAMADA NOTIFICADA A MANIFESTAR-SE
ACERCA DOS CÁLCULOS DO RECLAMANTE, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3304/2013
Processo : 02206-2011-001-11-00-1
Reclamante: SABRINA SEVERO BATISTA
Advogado(a): FAUSTO MENDONCA VENTURA
Reclamado: CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA
Advogado(a):
Assunto : FICA O PATRONO ACIMA NOTIFICADO A DEPOSITAR A
CTPS DO RECLAMANTE PARA AS DEVIDAS ANOTAÇÕES, NO PRAZO DE 05
DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMADO) No 1-3305/2013
Processo : 01596-2010-001-11-00-1
Reclamante: VICIELIO RODRIGUES MELO
Advogado(a): MARCOS ANTONIO VASCONCELOS
Reclamado: NORSENGEL - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
Advogado(a): HIRLEY VERÇOSA DOS SANTOS
Assunto : De ordem do Exmo. Sr. Juiz Titular desta Vara
fica a reclamada, por sua patrona, HIRLEY VERÇOSA DOS SANTOS,
OAB/AM-2591, notificada para o comparecimento da funcionária
credenciada à fl. 189, a fim de receber saldo remanescente.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3306/2013
Processo : 02151-2012-001-11-00-0
Reclamante: MARCELO RICARDO DOS SANTOS GOMES
Advogado(a): BRUNO BIANCHI FILHO
Reclamado: RALC CONSTRUCOES LTDA.
Advogado(a):
Assunto : FICA O RECLAMANTE NOTIFICADO A APRESENTAR
CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3307/2013
Processo : 02683-2012-001-11-00-8
Reclamante: JOAO BOSCO DE QUEIROZ NEGRAO
Advogado(a): TIAGO CARDOSO DOS SANTOS COSTA
Reclamado: COMERCIAL MARTINS QUEIROZ LTDA-ME (COMERCIAL
QUEIROZ)
Advogado(a):
Assunto : FICA O PATRONO ACIMA NOTIFICADO A DEPOSITAR A
CTPS DO RECLAMANTE PARA AS DEVIDAS ANOTAÇÕES, NO PRAZO DE 05
DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140

RESENHA No 1-3308/2013
Processo : 00770-2012-001-11-00-0
Reclamante: ALDEJONSO DOS SANTOS
Advogado(a):
Reclamado: AMBEV COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS
Advogado(a): RAFAEL SGANZERLA DURAND
Assunto : FICA A RECLAMADA NOTIFICADA A MANIFESTAR-SE
ACERCA DOS CÁLCULOS DO RECLAMANTE, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3309/2013
Processo : 00770-2012-001-11-00-0
Reclamante: ALDEJONSO DOS SANTOS
Advogado(a):
Reclamado: AP SERVICOS E LOGISTICA LTDA-ME (MULTI SERVICOS)
Advogado(a): PAULO DIAS GOMES
Assunto : FICA A RECLAMADA NOTIFICADA A MANIFESTAR-SE
ACERCA DOS CÁLCULOS DO RECLAMANTE, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3310/2013
Processo : 00800-2012-001-11-00-9
Reclamante: ANDREIA QUIEROZ SAMPAIO
Advogado(a): CARLOS EUGENIO VERAS DE MENEZES
Reclamado: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS
Advogado(a):
Assunto : FICA O RECLAMANTE NOTIFICADO A APRESENTAR
CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3311/2013
Processo : 01084-2009-001-11-00-1
Reclamante: JONAS PEREIRA AMORIM
Advogado(a): MARIO JORGE DE PAULA FILHO
Reclamado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Advogado(a):
Assunto : FICA O RECLAMANTE NOTIFICADO A APRESENTAR
CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

1ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 1-3312/2013
Processo : 00950-2012-001-11-00-2
Reclamante: KENNEDY STANLEY DE SOUZA FRANCO
Advogado(a): JOSE AUGUSTO ALMEIDA DE PAULA
Reclamado: AMAZONGAS DISTRIBUIDORA DE GAS LIQUEFEITO DE
PETROLEO LTDA
Advogado(a):
Assunto : FICA O RECLAMANTE NOTIFICADO A APRESENTAR
CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, NO PRAZO DE DEZ DIAS.

2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO No 2-494/2013
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
Processo : 01201-2011-002-11-00-8
Exequente: JOAO DE FREITAS VIEIRA
Advogado(a): MARA LICIENE RODRIGUES AGUIAR
Executado: INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPAS DE FRUTA LTDA - EPP
O(a) doutor(a) SÍLVIO NAZARÉ RAMOS DA SILVA NETO, JUIZ(A) DO
TRABALHO da 2ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a)
INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPAS DE FRUTA LTDA - EPP, EXECUTADO
nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto
e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: De
ordem do Juiz Titular desta Vara, fica a executada, notificada
para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, da restrição à
circulação e registro de penhora, via RENAJUD, no veículo de
placa JWT 8594 e JWL 1720, sob pena de prosseguimento da
execução.
E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e
passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa
Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara
do Trabalho.
DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 02 de dezembro
de 2013. Eu, _____, WELLINGTON OLIVA
ALBUQUERQUE, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.
O(a) Juiz(a):
SÍLVIO NAZARÉ RAMOS DA SILVA NETO
JUIZ(A) DO TRABALHO

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
EDITAL DE CITAÇÃO No 2-495/2013
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
Processo : 00367-2009-002-11-00-2
Exequente: GILSON MATIAS SOLART
Advogado(a): FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARAES AM2978
Executado: TEL EMPREITEIRA E LOCADORA DE MAO DE OBRA LTDA
O(a) doutor(a) SÍLVIO NAZARÉ RAMOS DA SILVA NETO, JUIZ(A) DO
TRABALHO da 2ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) TEL
EMPREITEIRA E LOCADORA DE MAO DE OBRA LTDA, executada nos
autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido,
para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a
execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$
44.658,37(quarenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e
oito reais e trinta e sete centavos) atualizado em 31/08/2013,
correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da
decisão proferida no referido Processo.
RESUMO:
Princ. Corrigido R\$ 40.504,65
INSS Reclamante R\$ 1.089,04
Tot dev ao Reclte R\$ 39.415,61
INSS Patronal R\$ 3.920,53

Custas Execução R\$ 233,19
Total Devido R\$ 44.658,37
Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.
REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.
DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 02 de dezembro de 2013. Eu, _____, WELLINGTON OLIVA ALBUQUERQUE, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.
O(a) Juiz(a):
SÍLVIO NAZARÉ RAMOS DA SILVA NETO
JUIZ(A) DO TRABALHO

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
EDITAL DE CITAÇÃO No 2-496/2013
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
Processo : 02451-2012-002-11-00-6
Exequente: ROBSON BASTOS DE OLIVEIRA
Executado: GRISA IMPERMEABILIZACAO E CRISTALIZACAO LTDA
O(a) doutor(a) SÍLVIO NAZARÉ RAMOS DA SILVA NETO, JUIZ(A) DO TRABALHO da 2ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) GRISA IMPERMEABILIZACAO E CRISTALIZACAO LTDA, executada nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 4.336,61 (quatro mil e trezentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos) atualizado em 21/11/2012, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:
Princ. Corrigido R\$ 4.220,05
Tot dev ao Reclte R\$ 4.220,05
Custas Conhecimento R\$ 21,10
Custas Execução R\$ 95,46
Total Devido R\$ 4.336,61
Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.
REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.
DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 02 de dezembro de 2013. Eu, _____, WELLINGTON OLIVA ALBUQUERQUE, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.
O(a) Juiz(a):
SÍLVIO NAZARÉ RAMOS DA SILVA NETO
JUIZ(A) DO TRABALHO

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
EDITAL DE CITAÇÃO No 2-497/2013
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
Processo : 02495-2012-002-11-00-6
Exequente: JOSE EDEVAN NOGUEIRA DA SILVA
Advogado(a): AGUIBERTO CAMILO REDI
Executado: CONSTRUTORA PONCTUAL CORPORATION LTDA - ME
O(a) doutor(a) SÍLVIO NAZARÉ RAMOS DA SILVA NETO, JUIZ(A) DO TRABALHO da 2ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) CONSTRUTORA PONCTUAL CORPORATION LTDA - ME, executada nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 2.924,88 (dois mil e novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos) atualizado em 30/11/2013, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:
Princ. Corrigido R\$ 2.924,88
Tot dev ao Reclte R\$ 2.924,88
Total Devido R\$ 2.924,88
Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.
REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.
DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 02 de dezembro de 2013. Eu, _____, WELLINGTON OLIVA ALBUQUERQUE, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.
O(a) Juiz(a):
SÍLVIO NAZARÉ RAMOS DA SILVA NETO
JUIZ(A) DO TRABALHO

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3285/2013
Processo : 18457-1999-002-11-00-7
Reclamante: INEZ OLIVEIRA GONCALVES PINHEIRO
Advogado(a):
Reclamado: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., SUCESSOR POR INCORPORAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO SA BANESPA
Advogado(a): LIDIANE DA COSTA BATISTA
Assunto : Fica V.Sa. notificada a comparecer a esta Secretaria a fim de agendar mrecebimento de Alvará Judicial.

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3286/2013
Processo : 00337-2009-002-11-00-6
Exequente: MARCOS AURELIO RAMOS PAULO
Advogado(a): CARLOS PEDRO CASTELO BARROS

Executado: COOPERDISC INDUSTRIA DE TECNOLOGIA DIGITAL DA AMAZONIA LTDA.
Advogado(a):
Assunto : Fica o exequente, por meio de seu patrono, notificado para no prazo de 10 dias indicar bens do executado livres e desembaraçados ou meios eficazes para prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento dos autos.

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3287/2013
Processo : 00642-2011-002-11-00-2
Exequente: PEDRO ARAUJO DE SOUZA
Advogado(a):
Executado: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A
Advogado(a): NATASJA DESCHOOLMEESTER
Assunto : De ordem do Juiz Titular desta Vara, fica V. Sa. notificada para manifestar-se, no prazo legal, do Agravo de Petição interposto pelo exequente.

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3288/2013
Processo : 01865-2011-002-11-00-7
Reclamante: MARILIA PEREIRA DE OLIVEIRA
Advogado(a):
Reclamado: TRANSMANAU - TRANSPORTES URBANOS MANAUS SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO LTDA
Advogado(a): HIRLEY VERSOÇA DOS SANTOS
Assunto : Fica a executada notificada, por meio de sua advogada, para receber valor bloqueado às fls.112/113, bem como o saldo remanescente do depósito recursal.

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3289/2013
Processo : 01953-2008-002-11-00-3
Exequente: ALTEVIR DA SILVA E SILVA
Advogado(a): DEBORAH ABECASSIS DE OLIVEIRA
Executado: ROBERTO DAVILA SOARES DOS SANTOS
Advogado(a):
Assunto : Fica o exequente, por meio de sua advogada, notificado a comparecer a esta secretaria para receber crédito referente aos depósitos judiciais de fls. 88 e 89 com juros e correção monetária, no prazo de 10 dias, bem como indicar bens do executado livres e desembaraçados ou meio eficazes para prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento dos autos.

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3291/2013
Processo : 02245-2012-002-11-00-6
Reclamante: TAMMY GONZAGA DE FARIAS SOUZA
Advogado(a):
Reclamado: W DA S RODRIGUES IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CALCADOS - ME
Advogado(a): ALCINARA MARQUES DOS SANTOS
Assunto : Tomar ciência do despachoNotifique-se a executada para manifestar-se, no prazo legal, da penhora on line via Bacen Jud no valor de R\$ 311,50.Expirado o prazo sem manifestação, a Secretaria da Vara deverá proceder o recolhimento dos encargos sociais como de praxe.Após, arquivem-se os autos.

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3292/2013
Processo : 01050-2010-002-11-00-7
Exequente: VALENTINA ALMEIDA CAJUHI
Advogado(a):
Executado: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Advogado(a): PRDRO
Assunto : Tomar ciência do despacho:Notifique-se a executada para manifestar-se, no prazo legal, da penhora on line via Bacen Jud no valor de R\$ 297.610,43. Expirado o prazo sem manifestação, a Secretaria da Vara deverá proceder a expedição de Alvará, em favor do exequente, por intermédio de sua patrona, para recebimento de crédito, mediante recolhimento de encargos previdenciários e custas, utilizando o valor bloqueado via Bacen Jud, nos termos dos cálculos de fl. 1189. Após a análise e assinatura do respectivo alvará, notifique-se o exequente, através de seu patrono pelo diário oficial eletrônico do TRT da 11ª Região, para receber o mesmo. Não havendo quaisquer pendências, arquivem-se os autos.

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3293/2013
Processo : 01050-2010-002-11-00-7
Exequente: VALENTINA ALMEIDA CAJUHI
Advogado(a): ANA VIRGINIA ARAKIAN IZEL
Executado: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Advogado(a): PEDRO LUCAS LINDOSO
Assunto : Tomar ciência do despacho:Notifique-se a executada para manifestar-se, no prazo legal, da penhora on line via Bacen Jud no valor de R\$ 297.610,43. Expirado o prazo sem manifestação, a Secretaria da Vara deverá proceder a expedição de Alvará, em favor do exequente, por intermédio de sua patrona, para recebimento de crédito, mediante recolhimento de encargos previdenciários e custas, utilizando o valor bloqueado via Bacen Jud, nos termos dos cálculos de fl. 1189. Após a análise e assinatura do respectivo alvará, notifique-se o exequente, através de seu patrono pelo diário oficial eletrônico do TRT da 11ª Região, para receber o mesmo. Não havendo quaisquer pendências, arquivem-se os autos.

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3294/2013
Processo : 01406-2010-002-11-00-2
Reclamante: ANA DILMA NUNES PINTO

Advogado(a):
Reclamado: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA
Advogado(a): JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS
Assunto : Fica a executada, notificada por seu patrono para credenciar funcionário com firma reconhecida em cartório, a fim de receber saldo remanescente no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento dos autos.

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3282/2013

Processo : 02004-2010-002-11-00-5
Reclamante: ADENIVAN PEREIRA DO NASCIMENTO
Advogado(a): CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO
Reclamado: ARTUR PAIXAO JUNIOR
Advogado(a):
Assunto : Tomar ciência do despacho: Considerando que não há dados suficientes para consulta ao Bacen Jud, notifique-se o exequente para informar o CPF do executado, no prazo de 10 dias, bem como indicar bens do executado livres e desembaraçados ou meios eficazes para prosseguimento da execução, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento dos autos.

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3283/2013

Processo : 10901-2007-002-11-00-7
Exequente: JANIO SANTOS DE SOUZA
Advogado(a): JOAO PAULO SIMOES DA SILVA ROCHA
Executado: PLAMON Z F M LTDA
Advogado(a):
Assunto : De ordem do Juiz Titular desta Vara, fica V. Sa. notificado para indicar, no prazo de 10 (dez) dias, meios eficazes ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento e ficando já, autorizada as vistas das declarações de que trata a certidão de fl. 184.

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 2-3284/2013

Processo : 02072-2010-002-11-00-4
Exequente: ADILSON DA COSTA PEREIRA
Advogado(a): DJANE OLIVEIRA MARINHO
Executado: FERGEL INDUSTRIA DE FERRO E ACO LTDA
Advogado(a): LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS
Assunto : De ordem do Juiz Titular desta Vara, fica V. Sa. notificado do despacho que segue transcrito: "Indefiro o pedido de parcelamento nos termos do art. 745-A do CPC, uma vez que a aplicação do referido dispositivo legal restringe-se à execução de títulos executivos extrajudiciais e, mesmo em atenção aos arts. 769 da CLT e 475-R do CPC, resta manifesta sua incompatibilidade com os princípios da proteção, celeridade processual ou da natureza alimentar do crédito trabalhista. Entretanto, diante da possibilidade de acordo, notifique-se o exequente para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias. Dê-se ciência ao peticionário."

2ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMADO) No 2-3290/2013

Processo : 02485-2005-002-11-00-1
Reclamante: EDINALDO DOS SANTOS CORREA
Advogado(a): JOAO GUTEMBERG WEIL PESSOA
Reclamado: UNIVERSAL OPERADORA DE ATIVIDADES EM AEROPORTOS LTDA
Advogado(a):
Assunto : Fica notificada para credenciar funcionario, Rg, Cpf, ed Telefone para receber saldo remanescente às fls 208, no prazo de 10 dias sob pena de arquivamento do processo.

5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

5ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 5-2384/2013

Processo : 01560-2012-005-11-00-5
Reclamante: JOSE HERALDO COSTA DE OLIVEIRA
Advogado(a):
Reclamado: ATACADAO DO GERALDO, N/P DE GERALDO PEREIRA
Advogado(a): JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI
Assunto : Ciente o patrono da reclamada que o reclamante interpôs recurso ordinário, podendo manifestar-se no prazo de lei.

5ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 5-2385/2013

Processo : 02802-2012-005-11-00-8
Reclamante: FRANCINILDO DE FREITAS ALMEIDA
Advogado(a): ANDERSON ROBERTO MIRANDA DE SOUZA
Reclamado: SHOWA DO BRASIL LTDA
Advogado(a): SERGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA
Assunto : Cientes os patronos da reclamante e relamada que o perito anexou aos autos os esclarecimentos solicitados, podendo manifestar-se no prazo comum de 10 dias.

6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

6ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
NOTIFICAÇÃO DE INICIAL - RECLAMANTE No 6-596/2013

Processo : 02060-2010-006-11-00-5
Exequente: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
Executado: COMPLEXO HOSPITALAR NILTON LINS LTDA

D E S T I N A T Á R I O
Vossa Senhoria Advogado do Reclamante
RAIMUNDO RAFAEL DE QUEIROZ NETO
Endereço: AV EFIGÊNIO SALES, 750, BL II, 203
PARQUE DEZ CEP:69055020
MANAUS - AM

Fica o Reclamante, por meio de seu patrono, que terá o prazo de cinco dias, em querendo, manifestar-se quanto ao embargo de declaração oposto às fls. 377/387.

Emitida em 02/12/2013.

SINÉZIA MARIA RÊGO DE SIQUEIRA DOS SANTOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

6ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (EXEQUENTE REQUERER O QUE DE DIREITO) No 6-2614/2013

Processo : 07381-2006-006-11-00-0
Exequente: FRANCISCO CARLOS CURSI PAIVA
Advogado(a): DELCIO LUIS SANTOS
Executado: LIRA SERVICOS DE TRANSPORTES E CONSTRUÇOES LTDA.
Advogado(a):
Assunto : Fica o exequente notificado, através de seu patrono, a requerer o que de direito, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento.

6ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMANTE) No 6-2617/2013

Processo : 02060-2010-006-11-00-5
Exequente: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
Advogado(a):
Executado: COMPLEXO HOSPITALAR NILTON LINS LTDA
Advogado(a): JOSE AMAURI SALES
Assunto : Fica o Reclamado, por meio de seu patrono, que terá o prazo de cinco dias, em querendo, manifestar-se quanto ao embargo de declaração oposto às fls 377/387.

6ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 6-2619/2013

Processo : 00094-2013-006-11-00-8
Reclamante: FRANCISCO DA ROCHA HOSANAH
Advogado(a): THIAGO DOS SANTOS BARBOSA
Reclamado: GELCIMAR MARIANO OLIVEIRA
Advogado(a): JANDER CARDOSO DOS SANTOS E OUTROS
Assunto : Pela presente, ficam as partes acima, por seus advogados, cientes da decisão que segue abaixo transcrita: Vistos etc. FRANCISCO DA ROCHA HOSANAH opôs os presentes Embargos de Terceiro alegando que sua ilegitimidade passiva para responderem pela execução trabalhista, com liberação da penhora procedida. Argumenta que quando do ingresso da ação não mais integrava o quadro societário da executada O embargado, devidamente notificado, se manifestou às fls. 20/22, requerendo o julgamento pela improcedência dos embargos, na medida em que o Embargante era sócio no período do vínculo do autor com a executada. É o relatório. Passo a decidir. Da análise do mandado constante dos autos principais, verifico que foi determinada a penhora de um veículo, devidamente cumprido. O Embargante, de fato, fora sócio da executada, fato que não nega, ao contrário informa ter feito parte do quadro societário pelo período de setembro/2001 a maio/2008. O Embargado teve o vínculo reconhecido pelo período de 2/1/2001 a 8/8/2008. A condenação importara ainda na condenação solidária de outras empresas. Dessa forma, entendo que antes de se adentrar no patrimônio dos ex-sócios das condenadas solidariamente, deve ser procedida todas as atos expropriatórios em face dos atuais sócios de todas as condenadas, inclusive com consulta INFOJUD, não evidenciada nos autos principais, pelo que acolho a medida apresentada e determino o levantamento da penhora. III - C O N C L U S ã O. Ante o exposto, DECIDO JULGAR PROCEDENTES os Embargos de Terceiros apresentados por FRANCISCO DA ROCHA HOSANAH, para o fim de determinar o levantamento da penhora Tudo nos termos da fundamentação. Custas a final. INTIMEM-SE AS PARTES. Nada mais.
RODRIGUES MÔNICA SILVESTRE
Juíza do Trabalho

6ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA DE BACEN FRUTÍFERO No 6-2612/2013

Processo : 02387-2012-006-11-00-9
Exequente: MARIA IZABEL GUEDES DA SILVA
Advogado(a): FRANCINETE SEGADILHA FRANÇA
Executado: NORTE EDITORA LTDA
Advogado(a): JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO
Assunto : Fica a executada notificada, através de seu patrono, do bloqueio de quantia via BACENJUD de R\$ 4.958,00, para os devidos fins, no prazo legal.

6ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA DE BACEN FRUTÍFERO No 6-2613/2013

Processo : 02387-2012-006-11-00-9
Exequente: MARIA IZABEL GUEDES DA SILVA
Advogado(a):
Executado: NORTE EDITORA LTDA
Advogado(a): JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO
Assunto : Fica a executada notificada, através de seu patrono, do bloqueio de quantia via BACENJUD de R\$ 4.958,00, para os devidos fins, no prazo legal.

6ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA AGENDAR RECEBIMENTO DE CRÉDITO No 6-2615/2013

Processo : 01139-2011-006-11-00-0
Exequente: MARCO ANTONIO DE ALMEIDA
Advogado(a): CARLA LOUANNY DE ANDRADE DA SILVA
Executado: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Advogado(a):

Assunto : Fica o exequente notificado, através de seu patrono, a comparecer nesta Secretaria a fim de agendar recebimento de crédito.

6ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA AGENDAR RECEBIMENTO DE CRÉDITO No 6-2616/2013
Processo : 01744-2012-006-11-00-1
Reclamante: DOUGLAS PEREIRA GUIMARAES
Advogado(a): ALEXANDRE LUCACHINSKI
Reclamado: RONDONIA TRANSPORTES LTDA
Advogado(a):

Assunto : Fica o exequente notificado, através de seu patrono, a comparecer nesta Secretaria a fim de agendar recebimento de crédito.

7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

7ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
NOTIFICAÇÃO AO RECLAMADO No 7-294/2013
Processo : 00796-2012-007-11-00-7
Reclamante: ESPOLIO DE JOSEMAR DANTAS COHEN MONTEIRO REP P/
COMPANHEIRO JOSE RIBAMAR FERREIRA DA SILVA
Advogado(a): ELIEZER LEÃO GONZALES AM212
Reclamado: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS

D E S T I N A T Á R I O
AO
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS
Endereço: AV. PROF. NILTON LINS, Nº 3259, BL/D, SALA-14, 1º
ANDAR
PARQUE DAS LARANJEIRAS CEP:69058040
MANAUS - AM

Fica V.Sª notificado para comparecer a Secretaria da 7ª Vara do Trabalho de Manaus, para receber a CERTIDÃO solicitada as fls. 80 do processo.

Emitida em 28/11/2013.

VALDECIMAR BRITO MACIEL
DIRETOR(A) DE SECRETARIA

7ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 7-1070/2013
Processo : 01361-2012-007-11-00-0
Exequente: WESLLEY SILVA SANTOS
Advogado(a): CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES
Executado: DISTRIBUIDORA DE REVISTA CUIABA LTDA
Advogado(a): RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA
Assunto : Ficam os advogados Dr. CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES e Dr. RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA, de reclamante e reclamada respectivamente, notificados do refazimento dos cálculos conforme Sentença de Embargos à Execução.

7ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 7-1080/2013
Processo : 01560-2010-007-11-00-6
Exequente: STIU/AM-SIND.DOS TRAB.NAS IND.URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS
Advogado(a): DILSON GONZAGA BARBOSA
Executado: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a): JACQUES MACHADO PORTELA
Assunto : Ficam os Senhores DILSON GONZAGA BARBOSA e WALLACE ELLER MIRANDA, advogados do reclamante e reclamada, respectivamente, notificados para, no prazo de 8 dias, se manifestarem da Decisão do Embargos à Execução.

7ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 7-1081/2013
Processo : 00532-2010-007-11-00-1
Reclamante: IRIS SILVA DE MORAES
Advogado(a): MARLY GOMES CAPOTE
Reclamado: R D ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
Advogado(a): FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA
Assunto : Ficam os patronos das partes acima notificados do despacho de fls. 161/162, conforme abaixo: DESPACHO: Vistos ect. Considerando o despacho de fls. 159 que homologou o acordo entre às partes; DETERMINO: I - À Secretaria da Vara para expedir Alvará Judicial do depósito do recurso de revista às fls. 141, no valor de R\$ 11.000,00, com as devidas correções monetária, em nome da patrona da reclamante Dra. Marly Gomes Capote. II - Notifique-se a reclamante para comparecer na Secretaria da Vara, no prazo de 5 (cinco) dias, para depositar sua CTPS para as devidas anotações pela reclamada. III - Após, notifique-se a reclamada para comparecer na Secretaria, em igual prazo, para proceder a assinatura e baixa do contrato de trabalho na CTPS da reclamante com os seguintes dados: admissão: 3.10.2009, demissão: 30.11.2009, salário de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), na função de servente, sob pena de ser procedida pela Secretaria da Vara e comunicado os Órgãos Competentes. Deverá, ainda, a reclamada comprovar, em igual prazo, o recolhimento dos encargos previdenciários do período, sob pena de liquidação e consequentemente execução. IV - Cumpridas as determinações acima, archive-se o processo, eis que as custas processuais já foram recolhidas e comprovadas pela reclamada às fls. 142. V - Dê-se ciência as partes. Cumpra-se. MANAUS, 28 de novembro de 2013. TAISE SANCHI FERRAOJUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

7ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMANTE) No 7-1082/2013
Processo : 01597-2010-007-11-00-4

Exequente: RENALT CASTRO DE BRITO
Advogado(a): ANTONIO CARLOS DA SILVA SANTOS
Executado: PIZZARIA ELOIN
Advogado(a):

Assunto : Fica notificado o patrono do exequente acima citado, para tomar ciência do despacho abaixo discriminado: Notifique-se o exequente através de seu patrono, para tomar ciência da certidão de fls.120(verso), bem como indicar bens a penhora da executada, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento provisório.

7ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMADO) No 7-1084/2013
Processo : 01287-2012-007-11-00-1
Exequente: AGAPITO DOS SANTOS DIAS
Advogado(a):

Executado: MERCADINHO SAO JOSE(JOSE AFONSO DA ARAUJO DA SILVA)
Advogado(a): NELSON MATHEUS ROSSETTI
Assunto : Fica notificado o patrono da executada acima citado, para tomar ciência da penhora realizada sobre os ativos financeiros da executada via BACEN/JUD, no importe R\$ 515,44(quinzentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos), cientificando-o do prazo de 05(cinco) dias, para embargos à penhora.

7ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMADO) No 7-1087/2013
Processo : 00080-2010-007-11-00-8
Exequente: LUCAS EVANGELISTA DE OLIVEIRA LEAO
Advogado(a): JADSON ALVES LIMA
Executado: PETROLEO BRASILEIRO SA-PETROBRAS
Advogado(a): CESAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA

Assunto : Fica o Dr. PEDRO LUCAS LINDOSO, advogado da reclamada, notificado para credenciar funcionário a fim de receber Alvará de Depósito Recursal, no prazo de 10 dias.

7ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 7-1083/2013
Processo : 02023-2010-007-11-00-3
Exequente: STIU/AM-SIND.DOS TRAB.NAS IND.URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS
Advogado(a): DILSON GONZAGA BARBOSA
Executado: AMAZONAS ENERGIA S/A.
Advogado(a): JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO

Assunto : Para os advogados de ambas as partes exequente e executada tomar ciência de que os Embargos à Execução foram julgados IMPROCEDENTES bem como, se manifestar querendo, no prazo legal.

7ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 7-1085/2013
Processo : 01142-2012-007-11-00-0
Exequente: MARIA MADALENA VIEIRA PRESTES NETA
Advogado(a): CINTIA ROSSETTE DE SOUZA
Executado: ULISSES COUTO DA SILVA FILHO
Advogado(a):

Assunto : Para o advogado do exequente informar ao mesmo para se digir à Central de Mandados sito nesta cidade na Rua Ferreira Pena, nº. 546 3º andar Centro a fim de agendar com o Sr. Oficial de Justiça, o dia em que será realizada a diligência referente ao Mandado de Penhora de nº. 00515/2013.

7ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 7-1086/2013
Processo : 01341-2011-007-11-00-8
Exequente: CLARENCE DE JESUS RIBEIRO
Advogado(a): IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE
Executado: VIA NET EXPRESS TRANSPORTE LTDA
Advogado(a):

Assunto : Para o advogado do exequente tomar ciência de que deverá o exequente informar se deseja adjudicar os bens penhorados à s fls. 197, no prazo de 5 (cinco) dias.

8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL No 8-372/2013
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
Processo : 01078-2012-008-11-00-4

Reclamante: SINDICATO DO COM. VAREJ. DE DERIVADOS DE PETROLEO, LUB., ALCOOIS E GAS NATURAL DO EST DO AM-SINDICAM
Advogado(a): PHELIPE ERNESTO SILVA PINTO
Reclamado: AUTO POSTO FORMULA I LTDA (POSTO FORMULA I)
Data da próxima audiência: 30/01/2014 às 08h03
O(a) doutor(a) JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 8ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) AUTO POSTO FORMULA I LTDA (POSTO FORMULA I), RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devera oferecer as provas que julgar necessarias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O nao comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importara o julgamento da questao a sua revelia e na aplicacao da pena de confissao quanto a materia de fato. E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho. DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 28 de novembro de 2013. Eu, _____, ROSÂNGELA FIGUEIREDO BEZERRA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
JOAO ALVES DE ALMEIDA NETO
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2760/2013

Processo : 01486-2008-008-11-00-0
Reclamante: RAFAEL RAMOS NOBRE
Advogado(a): FRANCISCO ANTONIO LIMA PINHEIRO
Reclamado: RIO MAR TRANSPORTE E COMERCIO LTDA
Advogado(a): FRANK FIGUEIREDO CESAR
Assunto : Fica o patrono do exequente notificado para agendar recebimento de crédito(depósitos recursais às fls. 91 e 158), ficando obrigado a comprovar o valor sacado no prazo de 15(quinze) dias.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2761/2013

Processo : 01511-2012-008-11-00-1
Reclamante: WAGNER DO NASCIMENTO VERAS
Advogado(a): GUILHERME MENDONÇA GRANJA
Reclamado: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a): ARIANA DA SILVA FELIX
Assunto : Fica o patrono do exequente notificado para se manifestar do Agravo de Petição no prazo de lei.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2762/2013

Processo : 02476-2012-008-11-00-8
Reclamante: JOSE DE SOUZA ANTUNES
Advogado(a): JOZINALDO DE AGUIAR MAIA
Reclamado: SANAVE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
Advogado(a): CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
Assunto : Fica o patrono do exequente e o patrono da litisconsorte-SABINO DE OLIVEIRA COM. E NAVEGAÇÃO-DRA. RAIANA CUNHA OLIVEIRA, notificados para se manifestar do Recurso Ordinário no prazo de Lei.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2763/2013

Processo : 00734-2012-008-11-00-1
Reclamante: SINDIC. EMP.COM.HOTELEIRO,REST.COLETIVOS,CHURRASCARIAS,</BR>PIZZARIAS, LANCHONETES,PAST.SORV.BARES
Advogado(a): FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARAES
Reclamado: REAL COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA
Advogado(a): JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA
Assunto : Fica o patrono do exequente notificado para tomar ciência do Despacho abaixo: DESPACHO (05228/2013) *052282013*
I - Junte-se; II - Ao Sindicato para se manifestar sobre o estado atual do processo e verificar o cumprimento ou não do acordo, no prazo de 10 dias.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2764/2013

Processo : 11343-2007-008-11-00-5
Exequente: WALLACE FARIAS ROCHA
Advogado(a): FRANCINEI MOREIRA DE ALMEIDA
Executado: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ANTARCTICA DE MANAUS LTDA
Advogado(a): ROBERTO TRIGUEIRO FONTES
Assunto : Fica o patrono da reclamada notificado para tomar ciência do despacho abaixo: DESPACHO (05116/2013) *051162013*
I - Junte-se; II - Notifique-se a reclamada para apresentar nesta Vara o funcionário já credenciado a fim de receber o saldo remanescente, no prazo de 15 dias, sob pena de o referido valor ser revertido para o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2765/2013

Processo : 00915-2010-008-11-00-6
Reclamante: HAROLDO BARBOSA LIMA
Advogado(a): LOUISE MARTINEZ ALMEIDA CHAVES
Reclamado: MILENA FREITAS DA SILVA - MERCADINHO MILÊNIO
Advogado(a):
Assunto : Fica o patrono do exequente notificado para tomar ciência do despacho abaixo: DESPACHO (05272/2013) *052722013*
Considerando a informação contida no documento de fls.115, notifique-se o exequente, por intermédio de sua patrona para, no prazo de 10(dez) dias, informar a este Juízo qual o nº do CPF da sócia da executada, sob pena de arquivamento dos autos, nos moldes do art.40 da Lei nº6.830/80.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2766/2013

Processo : 01474-2011-008-11-00-0
Reclamante: ANA CLAUDIA BARROSO BRAGA
Advogado(a): DJANE OLIVEIRA MARINHO
Reclamado: ARCOS DOURADOS COMERCIO E ALIMENTOS LTDA (MACDONALD S)
Advogado(a): ARNALDO PIPEK
Assunto : Fica o patrono da reclamada notificado para tomar ciência do despacho abaixo:DESPACHO (05303/2013) *053032013*
Notifique-se a reclamada para receber a CTPS, a fim de efetuar as devidas anotações.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2767/2013

Processo : 01873-2012-008-11-00-2
Reclamante: EWERTON SANTOS DE CASTRO
Advogado(a): MARIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO
Reclamado: LSL TRANSPORTES LTDA.
Advogado(a): ARI AMARANTO MOURA DA SILVA
Assunto : Fica o patrono da reclamada notificado para se manifestar do Recurso Ordinário no prazo de Lei.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2768/2013

Processo : 02266-2009-008-11-00-4
Reclamante: MARIA AUXILIADORA DO NASCIMENTO CASTRO
Advogado(a): KENIA MONIKA ARCANJO DE SOUZA
Reclamado: FOXCONN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA
Advogado(a): CLAUDIONOR CLAUDIO DIAS JUNIOR
Assunto : Fica o patrono da executada notificado para opor Embargos, caso queira, no prazo de 05(cinco) dias.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2769/2013

Processo : 01537-2011-008-11-00-9
Exequente: INOCENCIO PINTO GONCALVES
Advogado(a): MARLY GOMES CAPOTE
Executado: SERPAL ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA
Advogado(a): CHRISTIANE GÓES MONTEIRO ENZ
Assunto : Fica o patrono da executada notificado para opor Embargos, caso queira, no prazo de 05(cinco) dias.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2770/2013

Processo : 32718-2001-008-11-00-5
Reclamante: VALERIA COSTA SILVA
Advogado(a): ROZELY DA COSTA TRIBUZY
Reclamado: GAZETA MERCANTIL PARTICIPACOES LTDA
Advogado(a):
Assunto : Fica o patrono do exequente notificado para tomar ciência do despacho abaixo:DESPACHO (05213/2013) *DES008052132013*
Notifique-se o exequente, para, no prazo de 20 dias, indicar elementos para prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento dos autos, nos moldes do §2º do art. 40 da Lei 6.830/80.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2771/2013

Processo : 02165-2011-008-11-00-8
Reclamante: ESPOLIO DE WILSON GOMES DO NASCIMENTO,NP.DEIVE BRUNO AMARAL DO NASCIMENTO(M)REP.ROSANE DA S. AMARAL
Advogado(a): ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO
Reclamado: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
Advogado(a): NATASJA DESCHOOLMEESTER
Assunto : Fica o patrono da reclamada notificado para se manifestar do Recurso Ordinário no prazo de Lei.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2772/2013

Processo : 02107-2012-008-11-00-5
Reclamante: FATIMA LOPES CAMURCA
Advogado(a): VICTOR DA SILVA TRINDADE
Reclamado: BY COMERCIO DE CARTOES LTDA
Advogado(a):
Assunto : Fica o patrono do exequente notificado para se manifestar do Recurso Ordinário no prazo de Lei.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2773/2013

Processo : 00656-2012-008-11-00-5
Reclamante: ANTONIO SALOMAO DE CASTRO
Advogado(a): ELISABETE LUCAS
Reclamado: MOTO HONDA DA AMAZONIA S/A
Advogado(a):
Assunto : Fica o patrono do exequente notificado para se manifestar do Recurso Ordinário no prazo de Lei.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2776/2013

Processo : 02510-2012-008-11-00-4
Reclamante: MARIANO MARCULINO DOS SANTOS
Advogado(a): DELIAS TUPINAMBA VIEIRALVES
Reclamado: MAMBA TRANSPORTES MODAL LTDA
Advogado(a): RENATO MENDES MOTA
Assunto : Fica o patrono da reclamada notificado para tomar ciência do despacho abaixo: DESPACHO (05157/2013) *051572013*
I-Juntem-se aos autos; II-Notifique-se a reclamada para contrarrazoar o recurso ordinário, querendo,no prazo de lei; II-Expeça-se alvará referente aos honorários periciais.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2777/2013

Processo : 01995-2011-008-11-00-8
Reclamante: JORGE DE OLIVEIRA
Advogado(a): WALDEMIR COSTA DA ROCHA JUNIOR
Reclamado: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA
Advogado(a): LIVIA ROCHA BRITO
Assunto : Fica o patrono da reclamada notificado para fornecer os dados da conta bancária para fins de ressarcimento do valor de honorários periciais.

8ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2778/2013
Processo : 02137-2011-008-11-00-0
 Exequente: LUCENILDO SOBRINHO DA SILVA
 Advogado(a): CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES
 Executado: VANDA CARLOS DA SILVA - ME (ARMAZEM DO CONSTRUTOR)
 Advogado(a):
 Assunto : Fica o patrono do exequente notificado para tomar ciência do despacho abaixo:DESPACHO (05198/2013)
 DES008051982013 Notifique-se o exequente, por intermédio do patrono para, no prazo de 20 dias, indicar elementos para prosseguimento da execução.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2779/2013
Processo : 02289-2012-008-11-00-4
 Reclamante: ADENYLSO GOMES DE ALMEIDA
 Advogado(a): SUELEN CRISTINA MAIA DE A. ALBUQUERQUE
 Reclamado: SODECIA DA AMAZONIA LTDA
 Advogado(a):
 Assunto : Fica o patrono do reclamante notificado para se manifestar do Recurso Ordinário no prazo de Lei.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2780/2013
Processo : 02527-2012-008-11-00-1
 Reclamante: ALEX DA SILVA REGO
 Advogado(a): JADISMAR SOUZA LIMA
 Reclamado: COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA
 Advogado(a):
 Assunto : Fica o patrono do exequente notificado para se manifestar do Recurso Ordinário no prazo de Lei.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2781/2013
Processo : 01344-2011-008-11-00-8
 Reclamante: JOSIMAR ROBERTO CHAVES DE LIMA
 Advogado(a): GEYSA MITZ DANTAS GUIMARÃES
 Reclamado: INDUSTRIA DE PAPEL SOVEL DA AMAZONIA LTDA
 Advogado(a): MUNI LOURENÇO SILVA JUNIOR
 Assunto : Fica o patrono do exequente notificado para, no prazo de 10 (dez) dias comparecer à Secretaria da Vara, a fim de agendar recebimento parcial de seu crédito, ficando desde já autorizada a expedição e entrega das guias de retirada.

8ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 8-2782/2013
Processo : 03582-2005-008-11-00-0
 Exequente: TEREZA BEATRIZ BARBOSA DE OLIVEIRA
 Advogado(a): JULIO CESAR DE ALMEIDA
 Executado: CENTRAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA
 Advogado(a):
 Assunto : Fica o patrono do exequente notificado para tomar ciência do despacho abaixo:DESPACHO (05203/2013)
 DES008052032013 Notifique-se o exequente, por intermédio do patrono para, no prazo de 20 dias, indicar elementos para prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento dos autos, nos moldes do §2º do art. 40 da Lei 6.830/80.

9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

9ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 9-1869/2013
Processo : 01617-2011-009-11-00-0
 Exequente: FRANCISCA DIAS MARTINS
 Advogado(a): MARLY GOMES CAPOTE
 Executado: GEOFFREY MEIRINO DE SOUZA
 Advogado(a):
 Assunto : Tomar ciência de que deverá manifestar-se nos autos em 5 dias.

10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

10ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2847/2013
Processo : 02239-2009-010-11-00-8
 Reclamante: BERNADETE LOURDES ARAUJO DE LIMA
 Advogado(a): NICOLLE SOUZA DA SILVA
 Reclamado: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
 Advogado(a): ANDRESA DANTAS MAQUINE
 Assunto : Ficam as partes notificadas, por intermédio de seus Patronos, habilitados às fls. 39 e 395, para tomarem ciência da Sentença de Embargos de Declaração, anexada à tramitação processual (consultar site www.trt11.jus.br).

10ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2848/2013
Processo : 02504-2012-010-11-00-3
 Reclamante: RAIMUNDO DOS SANTOS FILGUEIRAS
 Advogado(a): MARIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO
 Reclamado: DAFRA DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA
 Advogado(a): JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS
 Assunto : Ficam as partes notificadas, por intermédio de seus Patronos, habilitados às fls. 25 e 48, para tomarem ciência da Sentença de Mérito, anexada à tramitação processual (consultar site www.trt11.jus.br).

10ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2849/2013

Processo : 00431-2012-010-11-00-5
 Exequente: ADRIANA BARBOSA RODRIGUES
 Advogado(a): ANTONIO CARLOS DA SILVA SANTOS
 Executado: DIRECIONAL ENGENHARIA LTDA
 Advogado(a):
 Assunto : Fica o reclamante notificado, por intermédio de seu Patrono, habilitado à fl.7 para, querendo, no prazo legal, contraminutar o Agravo de Petição interposto pela reclamada, digitalizado e anexado à tramitação processual (consultar site www.trt11.jus.br)

10ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2850/2013
Processo : 00500-2012-010-11-00-0
 Reclamante: KEILA RODRIGUES MACIEL
 Advogado(a):
 Reclamado: COMPLEXO HOSPITALAR NILTON LINS LTDA
 Advogado(a): JOSE REINALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
 Assunto : Fica a reclamada notificada, por intermédio de seu Patrono, habilitado à fl.10, para tomar ciência do Despacho de fl.129 dos autos.I- Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o item II do despacho de fl. 128, pois a comprovação dos depósitos fundiários não foram objeto da reclamação, nem constam nos autos extrato de recolhimento do FGTS,II- Dê-se ciência à reclamada.III- Retornem-se os autos ao arquivo.

10ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2851/2013
Processo : 00288-2010-010-11-00-0
 Reclamante: ANTONIO DIAS DE ARAUJO
 Advogado(a):
 Reclamado: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A
 Advogado(a): ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS
 Assunto : Fica o reclamado notificado por meio de seu Patrono, habilitado à fl.309 para, no prazo de 48 horas, pagar a multa de R\$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), pela não assinatura da CTPS do reclamante, sob pena de execução.

10ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2852/2013
Processo : 01420-2010-010-11-00-0
 Reclamante: JACYANY DE JESUS RIBEIRO MONTEIRO
 Advogado(a):
 Reclamado: COMPLEXO HOSPITALAR NILTON LINS LTDA
 Advogado(a): ALINE FERREIRA PEREIRA
 Assunto : Fica a reclamada notificada, por intermédio de sua Patrona, habilitada à fl.39, para tomar ciência do Despacho de fl.67 dos autos.I- Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o item II do despacho de fl. 66, pois não constam nos autos extrato de recolhimento do FGTS, II- Dê-se ciência à reclamada. III- Retornem-se os autos ao arquivo.

10ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2853/2013
Processo : 11168-2000-010-11-00-6
 Reclamante: ODEVALDO CONCEICAO CARDOSO
 Advogado(a): MAURICIO DE FREITAS
 Reclamado: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA
 Advogado(a):
 Assunto : Fica o Patrono do reclamante, habilitado à fl.17, notificado para, no prazo de cinco dias, informar o número da conta-corrente para transferência de quantia, referente a honorários sindicais, conforme determinado no despacho de fl.428, sob pena de arquivamento dos autos.

10ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2854/2013
Processo : 00199-2012-010-11-00-5
 Reclamante: WERNER DOS SANTOS PONTES
 Advogado(a):
 Reclamado: TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
 Advogado(a): PAULO NEY SIMÕES DA SILVA
 Assunto : Fica a reclamada por meio de seu advogado notificada para, no prazo de 5 dias, comparecer perante a Secretaria da Vara, a fim de receber saldo remanescente.

10ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2855/2013
Processo : 00646-2012-010-11-00-6
 Exequente: JOSE WILLAMES RODRIGUES DA SILVA
 Advogado(a):
 Executado: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTE E TURISMO LTDA
 Advogado(a): TALVANI FRANCO LEITE BRITO
 Assunto : Fica a reclamada notificada, por intermédio de seu Patrono habilitado à fl.32, para tomar ciência do item I e II do Despacho de fl.174 dos autos.I - Converte em penhora o valor depositado à fl. 170. II - Notifique-se a reclamada para, querendo, apresentar impugnação no prazo de cinco dias.

10ª Vara do Trabalho de Manaus
 Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2856/2013
Processo : 01614-2012-010-11-00-8
 Reclamante: MANOEL RODRIGUES DE SOUZA
 Advogado(a):
 Reclamado: LIDER CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA
 Advogado(a): PEDRO ERNESTO RACHELLO
 Assunto : Fica a reclamada notificada, por intermédio de seu Patrono habilitado à fl.85 para, querendo, no prazo legal, apresentar contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pelo reclamante, digitalizado e anexado à tramitação processual (consultar APT).

10ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2857/2013
Processo : 01614-2012-010-11-00-8
Reclamante: MANOEL RODRIGUES DE SOUZA
Advogado(a):
Reclamado: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV
Advogado(a): RAFAEL SGANZERLA DURAND
Assunto : Fica a reclamada notificada, por intermédio de seu Patrono habilitado à fl.72 verso para, querendo, no prazo legal, apresentar contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pelo reclamante, digitalizado e anexado à tramitação processual (consultar APT).

10ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2858/2013
Processo : 00803-2012-010-11-00-3
Reclamante: EDINALDO ALENCAR MOTA
Advogado(a):
Reclamado: MARIA DO SOCORRO COSTA-COMERCIAL
Advogado(a): NELSON MATHEUS ROSSETTI
Assunto : Fica a reclamada notificada, por intermédio de seu Patrono, habilitado à fl.81 dos autos para, querendo, no prazo legal, apresentar contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pelo reclamante, digitalizado e anexado à tramitação processual (consultar site www.trt11.jus.br)

10ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2859/2013
Processo : 00803-2012-010-11-00-3
Reclamante: EDINALDO ALENCAR MOTA
Advogado(a): IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE
Reclamado: MARIA DO SOCORRO COSTA-COMERCIAL
Advogado(a):
Assunto : Fica o reclamante notificado, por intermédio de sua Patrona, habilitada à fl.17 dos autos para, querendo, no prazo legal, apresentar contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pela reclamada, digitalizado e anexado à tramitação processual (consultar site www.trt11.jus.br)

10ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2860/2013
Processo : 01720-2012-010-11-00-1
Reclamante: MARCIO SANTANA BARROSO
Advogado(a):
Reclamado: TERRA EDITORA E SERVICOS GRAFICOS
Advogado(a): JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO
Assunto : Fica a reclamada notificada, por intermédio de seu Patrono, habilitado à fl.210 para, querendo, no prazo legal, apresentar contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pelo reclamante, digitalizado e anexado à tramitação processual (consultar site www.trt11.jus.br).

10ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2861/2013
Processo : 01885-2012-010-11-00-3
Reclamante: JACILENE JUSTINO LINHARES
Advogado(a): KENIA MONIKA ARCANJO DE SOUZA
Reclamado: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA
Advogado(a):
Assunto : Fica a reclamante notificada, por intermédio de sua Patrona, habilitada à fl. 11 para, querendo, no prazo legal, apresentar contrarrazões ao Recurso Ordinário interposto pela reclamada, digitalizado e anexado à tramitação processual (consultar site www.trt11.jus.br).

10ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2862/2013
Processo : 02097-2012-010-11-00-4
Reclamante: MARIA AUREA CARDOSO DAMASCENO
Advogado(a):
Reclamado: LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA
Advogado(a): AMADEU ALAKRA NETO
Assunto : Fica a reclamada notificada, por intermédio de seu Patrono, habilitado à fl.31, para tomar ciência do Despacho de fl.202 dos autos.I- Em análise dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal constato haver cabimento do RO, conforme art. 895 da CLT, para impugnação à sentença de primeiro grau; a legitimação e interesse do recorrente estão atendidos porque a parte recorrente é titular de interesse jurídico afetado pela decisão atacada; inexistem fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer (proibição de falar nos autos, renúncia ao direito de recorrer, anuência à sentença). Quanto aos pressupostos extrínsecos de admissibilidade, constata-se a intempestiva interposição do Recurso Ordinário em 26.11.2013, uma vez que a sentença foi conhecida pelo recorrente em 14.11.2013, conforme fls. 158 e 164, com início do decurso do prazo recursal em 18.11.2013, portanto fora do prazo de 8 dias, art.895, CLT.II- Dê-se ciência à reclamada.

10ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 10-2863/2013
Processo : 01730-2010-010-11-00-5
Exequente: EDUARDO CAVALCANTE BARROS
Advogado(a): S
Executado: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Advogado(a): TALVANI FRANCO LEITE BRITO
Assunto : Fica a reclamada notificada, por intermédio de seu Patrono, habilitado à fl.18 , para tomar ciência do item II do Despacho de fl.199 dos autos.II - Converto em penhora o valor depositado à fl. 197. Notifique-se a reclamada para, querendo, apresentar impugnação no prazo de cinco dias;

10ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO No 10-314/2013
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
Processo : 01306-2012-010-11-00-2
Reclamante: DAVE LIMA DA SILVA
Reclamado: TORNEADORA INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA
Data da próxima audiência: às 00h00
O(a) doutor(a) ANGELA RIBEIRO DE JESUS ALMADA LIMA , JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 10ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) TORNEADORA INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: NOTIFIQUE-SE a reclamada para, no prazo de 48 horas, pagar a quantia liquidada de R\$ 69.076,34, sob pena de execução.
E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.
DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 29 de novembro de 2013. Eu, _____, PATRÍCIA LIMA RUBIM KUWAHARA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.
O(a) Juiz(a):
ANGELA RIBEIRO DE JESUS ALMADA LIMA
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

11ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO No 11-271/2013
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
Processo : 02214-2010-011-11-00-4
Exequente: CARLOS CUNHA DE SOUZA
Executado: BRASIL & MOVIMENTO S/A
O(a) doutor(a) JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 11ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) BRASIL & MOVIMENTO S/A, EXECUTADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: Fica Intimado da Penhora realizada do depósito de fls. 122 dos autos, a Executada através de seu Patrono para querendo opor embargos a execução , no prazo de lei.
E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.
DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 02 de dezembro de 2013. Eu, _____, KELLY CRISTINA BARBOSA BEZERRA TABAL, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.
O(a) Juiz(a):
JOSE ANTONIO CORREA FRANCISCO
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

11ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMADO) No 11-2941/2013
Processo : 02502-2012-011-11-00-0
Reclamante: JOSELY DA SILVA MOTA
Advogado(a):
Reclamado: PHILIPS DO BRASIL LTDA
Advogado(a): DR.SERGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA OAB-2118/AM
Assunto : Fica notificado o patrono da reclamada para comparecer à Secretaria desta Vara a fim de devolver os autos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação do art. 196 do CPC e art. 34, XXII, combinado com o artigo 7º, § 1º, item 3, ambos da lei nº 8.906, Estatuto dos Advogados.

11ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 11-2942/2013
Processo : 08306-2006-011-11-00-1
Exequente: PAULINO MOREIRA NETO
Advogado(a): ROSEMARY LIMA RODRIGUES OAB - 2351
Executado: INSTITUTO MUNICIPAL DE ENGENHARIA E FISCALIZAÇãO DO TRãNSITO- MANAUSTRANS
Advogado(a):
Assunto : Fica notificado o patrono do reclamante para comparecer à Secretaria desta Vara a fim de devolver os autos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação do art. 196 do CPC e art. 34, XXII, combinado com o artigo 7º, § 1º, item 3, ambos da lei nº 8.906, Estatuto dos Advogados.

11ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 11-2943/2013
Processo : 00135-2013-011-11-00-1
Reclamante: TECNELETRICA DA AMAZONIA LTDA
Advogado(a): DR. ELIANE COELHO DA SILVA- OAB/AM 8.376
Reclamado: FRANCISCO IRAN CALIXTO TIBURCIO
Advogado(a): DR. JOSE CARLOS VALIM-OAB/AM 2095
Assunto : Fica notificado os patronos do Embargante e do Embargado,para tomar ciência da sentença de embargos de terceiro, de fls. 99/100 dos autos, no prazo de lei.

11ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 11-2944/2013
Processo : 00135-2013-011-11-00-1
Reclamante: TECNELETRICA DA AMAZONIA LTDA
Advogado(a): DR. ELIANE COELHO DA SILVA- OAB/AM 8.376
Reclamado: SKYMASTER AIRLINES LTDA
Advogado(a): DR. JOÃO MARCOS POZZETTI-OAB/AM 6.160
Assunto : Fica notificado os patronos do Embargante e do Embargado,para tomar ciência da sentença de embargos de terceiro, de fls. 99/100 dos autos, no prazo de lei.

12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

12ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO No 12-304/2013
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
Processo : 02333-2009-012-11-00-0
Reclamante: UNIAO
Advogado(a): IVO LOPES MIRANDA
RONEY RAIMUNDO LEÃO OTÍLIO
Reclamado: NOVO TEMPO COM. SERV. LTDA., N/P DO SR. EBER JONHES PAES GUIMARAES
Data da próxima audiência: às 00h00
O(a) doutor(a) MARGARETE DANTAS PEREIRA DUQUE, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 12ª VARA DO TRABALHO de MANAUS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) NOVO TEMPO COM. SERV. LTDA., N/P DO SR. EBER JONHES PAES GUIMARAES, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIENCIA DE QUE a próxima audiência realizar-se-á no dia, 10/ABRIL/2014 às 08H05.
E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.
DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 02 de dezembro de 2013. Eu, _____, SILVANA STELA ROCHA DE CASTRO, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.
O(a) Juiz(a):
MARGARETE DANTAS PEREIRA DUQUE
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

12ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 12-2149/2013
Processo : 02333-2009-012-11-00-0
Reclamante: UNIAO
Advogado(a): IVO LOPES MIRANDA
Reclamado: NOVO TEMPO COM. SERV. LTDA., N/P DO SR. EBER JONHES PAES GUIMARAES
Advogado(a):
Assunto : Fica a parte RECLAMANTE, por intermédio de seu patrono, notificado da data da próxima audiência a realizar-se no dia, 10/ABRIL/2014 às 08H05.

12ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 12-2150/2013
Processo : 02176-2009-012-11-00-2
Reclamante: DENISE FERREIRA DE PAULA ANDREOCCI
Advogado(a): MARLY GOMES CAPOTE
Reclamado: LOJAS AMERICANAS S/A
Advogado(a): ROBERTO TRIGUEIRO FONTES
Assunto : Fica a RECLAMANTE por intermédio de seu patrono, notificada para depositar sua CTPS nesta Vara, no prazo de cinco dias, para que a reclanda cumpra a obrigação de fazer constante na Decisão.

12ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 12-2151/2013
Processo : 01885-2010-012-11-00-4
Reclamante: JOAO MARCOS SILVA PIRES
Advogado(a): MARCOS ANTONIO VASCONCELOS
Reclamado: PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA
Advogado(a): EDUARDO ALVARENGA VIANA
Assunto : Fica o RECLAMANTE, por intermédio de seu patrono, notificado para depositar nesta Secretaria sua CTPS, no prazo de cinco dias, para possibilitar à reclamada o cumprimento da obrigação de fazer.

13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

13ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 13-2320/2013
Processo : 02414-2011-013-11-00-0
Reclamante: RICARDO GUEDES DUARTE
Advogado(a): MARIA CLAUDIA SOUSA DA SILVA
Reclamado: FENIX EVOLUTION LTDA-EPP
Advogado(a):
Assunto : De ordem do Exmo. Sr. Juiz do Trabalho, titular desta 13ª VTM e com base no art. 236, do CPC, fica notificado o reclamante, por sua patrona acima, a comparecer à Secretaria desta Vara a fim receber sua CTPS.

13ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 13-2321/2013
Processo : 00989-2012-013-11-00-0
Reclamante: MARLENE BARROS MONTEIRO
Advogado(a): KENIA MONIKA ARCANJO DE SOUZA
Reclamado: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA
Advogado(a): CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE
Assunto : De ordem da Exma. Sra. Juíza do Trabalho, desta 13ª VTM e com base no art. 236, do CPC, ficam notificados os patronos das partes acima a tomarem ciência dos Embargos de Declaração, cujo teor é o seguinte: "Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos de declaração opostos pela reclamada para prestar esclarecimentos, nos moldes da fundamentação, sem, contudo, conferir efeito modificativo à sentença".

13ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 13-2322/2013
Processo : 02607-2012-013-11-00-2
Reclamante: PATRICIA SUEMY DE OLIVEIRA
Advogado(a): ERIK DINIZ FIGUEIRA
Reclamado: COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS DA AMAZONIA (TROPICAL HOTEL DE MANAUS)

Advogado(a):
Assunto : De ordem da Exma. Sra. Juíza do Trabalho, desta 13ª VTM e com base no art. 236, do CPC, fica notificada a reclamante, por meio de seu patrono acima, para depositar na Secretaria desta MM. Vara a sua CTPS para as devidas anotações.

13ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 13-2323/2013
Processo : 02670-2012-013-11-00-9
Reclamante: GERALDO BATISTA DE SOUZA
Advogado(a): CARLA LOUANNY DE ANDRADE DA SILVA
Reclamado: ACAI TRANSP. COL. LTDA (SUC TRANSMANAU - TRANSP. URB. MANAUS SPE LTDA. FILIAL 2 - CITY TRANSP. LTDA
Advogado(a): VERA LUCIA MATOS FALCÃO
Assunto : De ordem da Exma. Sra. Juíza do Trabalho, desta 13ª VTM e com base no art. 236, do CPC, ficam notificados os patronos das partes acima a tomarem ciência do despacho, exarado dos autos, cujo teor é o seguinte: "1. Homologo o acordo supra, no valor da condenação, visto que respeitada a proporcionalidade das parcelas de natureza remuneratória, deferidas no título judiciário, nos termos da OJ. 376 da SDI-1 do TST; 2. Em caso de inadimplência fica ajustada multa de 10% sobre a parcela da obrigação pecuniária inadimplida, nos termos do art. 891 da CLT, além da antecipação das parcelas subseqüentes e execução imediata do acordo; 3. A reclamada fica responsável pelo recolhimento dos encargos previdenciários (parcelas do empregado e do empregador), no valor de R\$ 564,72, devendo fazer a comprovação do recolhimento perante a Secretaria da Vara na mesma data das parcelas, sob pena de execução; 4. Custas sobre o valor do acordo, na quantia de R\$ 106,00, pro rata, sendo dispensada a parte do autor, face o pedido da gratuidade desta Justiça, e devendo ser cobrada a parte da reclamada; 5. Dê-se ciência às partes, por seus patronos."

13ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 13-2317/2013
Processo : 10963-2005-013-11-00-0
Exequente: MARIA BEZERRA DE SOUZA
Advogado(a): LUIS ALBERTO MARINHO DE ALCANTARA
Executado: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E QUALIDADE DO ENSINO
Advogado(a): LUÍZ CARLOS PANTOJA
Assunto : Fica a Reclamada notificada por meio de seu patrono, da Sentença dos Embargos à Execução de fls. 237 dos autos, para manifestação, querendo, no prazo de lei.

13ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 13-2318/2013
Processo : 00189-2012-013-11-00-9
Reclamante: RAKEL DUARTE FRANCA
Advogado(a): WISTON FEITOSA DE SOUSA
Reclamado: MURANO VEICULOS LTDA.
Advogado(a): NADIA MARCELLE SOUSA PIMENTEL AGUIAR
Assunto : Fica a exequente notificada para manifestação do parecer de fls. 157 e cálculos de fls. 158/159, dos autos, no prazo secessivo de 10 dias, na forma do art. 879, § 2º, CLT, sob pena de preclusão.

13ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMADO) No 13-2319/2013
Processo : 00189-2012-013-11-00-9
Reclamante: RAKEL DUARTE FRANCA
Advogado(a): WISTON FEITOSA DE SOUSA
Reclamado: MURANO VEICULOS LTDA.
Advogado(a): NADIA MARCELLE SOUSA PIMENTEL AGUIAR
Assunto : Fica a executada notificada por meio de sua patrona, para manifestação do parecer de fls. 157 e cálculos de fls. 158/159 dos autos, no prazo sucessivo de 10 dias, na forma do art. 879, § 2º CLT, sob pena de preclusão.

14ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

14ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 14-4228/2013
Processo : 01404-2012-014-11-00-5
Reclamante: PAULO CEZAR LIMA CRUZ
Advogado(a): ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO
Reclamado: JURACY DA SILVA DUARTE - ME
Advogado(a):
Assunto : Fica a advogada do reclamante notificada para recebimento de crédito.

14ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 14-4224/2013
Processo : 00310-2013-014-11-00-0
Reclamante: MARÁLIA MORAIS BARBOSA DE ANDRADE
Advogado(a): CARLOS ANTONIO DE CARVALHO MOTA
Reclamado: W. B. DE ASSUNCAO NETO - ME
Advogado(a): ISMAEL DE MELO SILVA
Assunto : Fica a parte Embargada, por meio de seu patrono, intimada para manifestar sobre os embargos de terceiro, no prazo de 10 dias.

14ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 14-4225/2013
Processo : 00310-2013-014-11-00-0
Reclamante: MARÁLIA MORAIS BARBOSA DE ANDRADE
Advogado(a): CARLOS ANTONIO DE CARVALHO MOTA
Reclamado: SUELEN GOMES BARBOSA

Advogado(a): YARA CRISTINA JORDÃO DE VASCONCELOS
Assunto : Fica a parte Embargada, por meio de seu patrono, intimada para manifestar sobre os embargos de terceiro, no prazo de 10 dias.

14ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 14-4226/2013
Processo : 00733-2012-014-11-00-9
Exequente: RUTH MARIA CARLOS PACHECO
Advogado(a): JOÃO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA
Executado: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS
Advogado(a): JOSE REINALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
Assunto : Fica a parte Exequente, por meio de seu patrono, ciente de que já se encontra disponível na Secretaria da 14ª Vara do Trabalho de Manaus/AM alvará em seu favor. Deve-se levantar no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento.

14ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 14-4227/2013
Processo : 00580-2010-014-11-00-8
Reclamante: MARK ROBSON ARAUJO MARINHO
Advogado(a): VANESSA PIZARRO RAPP
Reclamado: VMS AMORE - ME
Advogado(a): JULIO CESAR DE ALMEIDA
Assunto : Fica a parte Reclamada, por meio de seu patrono, intimada para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pagar o valor apurado em liquidação de Sentença (no importe de R\$12.454,50), sob pena de execução de ofício com consultas ao sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD

17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

17ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMADO) No 17-1807/2013
Processo : 01078-2010-017-11-00-3
Exequente: ALEXANDRE REBELO LEMOS
Advogado(a): CARLOS EDUARDO RAPOSO DA CAMARA ALENCAR
Executado: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a): BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR
Assunto : Fica a executada ciente, por meio do patrono supra, do despacho de fls. 196, dos autos, abaixo transcrito: Tendo em vista os termos da certidão supra, decido: 1. I - Indefiro, liminarmente, os Embargos à Execução de fls. 191/195, eis que processados a destempo; 2. Prossiga-se a execução; 3. Dê-se ciência à executada, por meio do patrono com poderes às fls. 45, haja vista que o peticionário de fls. 191 não possui poderes nos autos.

17ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMADO) No 17-1808/2013
Processo : 00451-2009-017-11-00-5
Reclamante: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS - STIU
Advogado(a): DILSON GONZAGA BARBOSA
Reclamado: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a): BAIRON ANTONIO DO NASCIMENTO JUNIOR
Assunto : Fica a executada notificada, através do patrono supra, a tomar ciência do despacho de fls. 336, abaixo transcrito: Tendo em vista o teor da certidão supra, decido: 1. Indefiro, liminarmente, os Embargos à Execução de fls. 329/335, eis que processados a destempo; 2. Prossiga-se a execução; 3. Dê-se ciência à executada, por meio do patrono com poderes às fls. 181, haja vista que o peticionário de fls. 327 não possui poderes nos autos.

17ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMANTE) No 17-1809/2013
Processo : 01207-2012-017-11-00-5
Exequente: JULIO DA SILVA BARBOSA
Advogado(a): JEAN CARLO NAVARRO CORREA
Executado: W M CONSTRUCOES E COMERCIO VAREJISTAS DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
Advogado(a):
Assunto : Fica notificado o exequente, por meio do patrono supra, a fim de indicar novos elementos para prosseguimento da execução, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de expedição de certidão de crédito trabalhista e arquivamento provisório dos autos.

17ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMANTE) No 17-1810/2013
Processo : 02282-2011-017-11-00-2
Exequente: ROBSON DE ARAUJO MELO
Advogado(a): IAMARA GOMES RIBEIRO
Executado: TRANSMANAU - TRANSPORTES URBANOS MANAUS SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO LTDA
Advogado(a): OTACILIO NEGREIROS NETO
Assunto : Fica o exequente notificado, através do patrono, para indicar novos elementos para prosseguimento da execução, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento provisório.

17ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA (RECLAMANTE) No 17-1811/2013
Processo : 02259-2010-017-11-00-7
Reclamante: JOSE CARLOS LEITE CASTRO
Advogado(a): JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO
Reclamado: REMULOS HOTEL E RESTAURANTE LTDA - EPP
Advogado(a): EDGAR DIAS FILHO
Assunto : Fica o reclamante notificado, por meio do patrono supra, a manifestar-se quanto ao pedido de parcelamento feito pela executada às fls. 282/286, no prazo de 5 dias, sob pena de preclusão.

18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

18ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 18-3299/2013
Processo : 01814-2011-018-11-00-0
Reclamante: RAIMUNDO DA SILVA BARROS
Advogado(a): JADISMAR SOUZA LIMA
Reclamado: CRISTAL ENGENHARIA LTDA
Advogado(a):
Assunto : De ordem da Juíza titular da 18ª Vara do Trabalho, fica o Sr. advogado notificado para manifestação no prazo legal quanto aos embargos opostos pela executada.

18ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 18-3300/2013
Processo : 00026-2012-018-11-00-8
Exequente: RAIMUNDO PAULINO RAMOS
Advogado(a): ALEXANDRE LUCACHINSKI
Executado: EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Advogado(a): TALVANI FRANCO LEITE BRITO
Assunto : De ordem da Juíza titular da 18ª Vara do Trabalho, ficam os Srs. advogados notificados para o comparecimento na audiência designada para o dia 06/12/13, às 10:40 horas, bem como para a ciência do despacho a seguir transcrito: Considerando a realização da Semana Nacional da Conciliação no período de 02 a 06 de dezembro de 2013 e considerando, ainda, que o art. 599 do CPC, de aplicação subsidiária no Processo do Trabalho, preceitua que o Juiz pode, em qualquer momento do processo, ordenar o comparecimento das partes, DETERMINO: 1. a inclusão destes autos em pauta para a realização de audiência no dia 06/12/13, às 10:40 horas; 2. a suspensão da execução até a realização da audiência; 3. a intimação das partes, através de seus patronos, via DOE.

18ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 18-3301/2013
Processo : 01955-2008-018-11-00-8
Reclamante: FABIO SOARES DA SILVA
Advogado(a): RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS
Reclamado: SODECIA DA AMAZONIA LTDA
Advogado(a):
Assunto : De ordem da Juíza titular da 18ª Vara do Trabalho, fica o Sr. advogado notificado para a comprovação do valor sacado no prazo de 10 dias, sob pena de retorno dos autos ao arquivo.

18ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
EDITAL DE CITAÇÃO No 18-589/2013
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
Processo : 00164-2011-018-11-00-6
Exequente: GILSON DE CASTRO COELHO
Advogado(a): RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS AM3967
Executado: GIZELDA SILVA DO VALE
O(a) doutor(a) SELMA THURY VIEIRA SÁ HAUACHE, JUIZ(A) DO TRABALHO da 18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.
FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) GIZELDA SILVA DO VALE, executada nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 9.435,44 (nove mil e quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) atualizado em 02/12/2013, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.
RESUMO:
Princ. Corrigido R\$ 9.435,44
Tot dev ao Reclte R\$ 9.435,44
Total Devido R\$ 9.435,44
Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.
REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.
DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 02 de dezembro de 2013. Eu, _____, MARCELO AUGUSTO ALVES KRICHANÁ, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.
O(a) Juiz(a):
SELMA THURY VIEIRA SÁ HAUACHE
JUIZ(A) DO TRABALHO

18ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 18-3302/2013
Processo : 02435-2012-018-11-00-9
Reclamante: RONAN CASTRO DA SILVEIRA
Advogado(a): ELIEZER LEÃO GONZALES
Reclamado: CONSTRUTORA CAPITAL S/A
Advogado(a):
Assunto : De ordem da Exma. Juíza Titular da 18ª Vara do Trabalho fica o Sr. Advogado intimado quanto ao teor do despacho a seguir transcrito: Defiro o pedido. Intime-se o reclamante para que, no prazo de 05 dias, compareça à Secretaria da Vara para desentranhar os documentos juntados. Após, arquivem-se os autos. Dê-se ciência.

18ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140
RESENHA No 18-3303/2013
Processo : 01512-2012-018-11-00-3
Reclamante: MARCO ANTONIO DE MATOS CARDOSO
Advogado(a):
Reclamado: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A

Advogado(a): NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES
Assunto : De ordem da Exma. Juíza Titular da 18ª Vara do Trabalho, fica o Sr. Advogado intimado para apresentar, no prazo de 10 dias, cálculos de atualização do valor da condenação.

18ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140

RESENHA No 18-3304/2013

Processo : 00234-2011-018-11-00-6

Reclamante: AGNALDO DE OLIVEIRA DO CARMO

Advogado(a):

Reclamado: JERRY DA SILVA GIRAO

Advogado(a): GLENDA ALVES TAVARES DE MELLO

Assunto : De ordem da Exma. Juíza Titular da 18ª Vara do Trabalho, fica o Sr. Advogado intimado quanto ao teor do despacho a seguir transcrito: "À Secretaria da Vara para providências quanto às anotações da CTPS do reclamante. Após, intime-o para, no prazo de 10 dias, apresentar cálculos de liquidação de sentença, bem como para receber sua CTPS."

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140

RESENHA No 18-3305/2013

Processo : 00561-2012-018-11-00-9

Reclamante: NELCINEY DE OLIVEIRA BRAGA

Advogado(a): ANGELA REIS CORREIA LAREDO

Reclamado: MCW CONSTRUCOES COMERCIO E TERRAPLENAGEM LTDA

Advogado(a):

Assunto : Fica o Sr. Advogado notificado para comparecer à Secretaria da Vara e receber a CTPS do reclamante.

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140

RESENHA No 18-3306/2013

Processo : 01718-2011-018-11-00-2

Reclamante: MARIA DO SOCORRO DE MATOS

Advogado(a):

Reclamado: CONAB-COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

Advogado(a): KEYTH YARA PONTES PINA

Assunto : Fica a reclamada intimada para apresentar cálculos de liquidação de sentença até o dia 16/12/2013.

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140

RESENHA No 18-3307/2013

Processo : 01383-2012-018-11-00-3

Reclamante: SEBASTIAO SILVA DE SOUZA

Advogado(a): ORLANDO PATRICIO DE SOUSA

Reclamado: MANAUS AMBIENTAL S.A.

Advogado(a): JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS

Assunto : De ordem da Exma. Juíza Titular da 18ª Vara do Trabalho, fica o Sr. Advogado intimado quanto ao teor do despacho a seguir transcrito: "Homologo o acordo de fls. 167/169 para que produzam seus jurídicos e legais efeitos. Deverá o depósito da segunda parcela ser feito na conta do patrono do reclamante no Banco Bradesco, conforme informações constantes na petição juntada. Cumprido integralmente o acordo ora homologado, arquivem-se os autos. Dê-se ciência."

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140

RESENHA No 18-3308/2013

Processo : 11854-2007-018-11-00-4

Exequente: FERNANDO BRAZ DA SILVA LIMA JUNIOR

Advogado(a): ANTONIO PINHEIRO DE OLIVEIRA E OUTROS

Executado: BANCO SAFRA S/A

Advogado(a): LUIZ FLAVIO VALLE BASTOS

Assunto : Fica o advogado da executada notificado para manifestar-se sobre a impugnação aos cálculos no prazo de 05 dias.

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140

RESENHA No 18-3309/2013

Processo : 02522-2012-018-11-00-6

Reclamante: JOSE AUGUSTO FERNANDES FERREIRA

Advogado(a): MICHELE FREITAS CORREA

Reclamado: SINDIVAM - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VILIGANCIA E SEGURANCA EM MANAUS

Advogado(a):

Assunto : Fica a advogada do exequente notificado do teor seguinte despacho: "Homologo o acordo de fl. 49/50 dos autos para que surtam seus jurídicos e legais efeitos. Os Encargos sociais e o imposto de renda são de responsabilidade da reclamada e, em face do teor do Artigo 832, § 6º, da CLT, os valores integrais apurados nos cálculos de fl. 37 devem ser recolhidos e comprovados no prazo de 10 dias. Cientifique-se as partes. Após, aguarde-se o pagamento das demais parcelas para os dias 23.12.2013, 24.01.2014 e 25.02.2014."

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140

RESENHA No 18-3310/2013

Processo : 01772-2012-018-11-00-9

Reclamante: LUCIANA CALDEIRA FEDERICI

Advogado(a): LIVIA ROCHA BRITO

Reclamado: COMPLEXO HOSPITALAR NILTON LINS LTDA

Advogado(a):

Assunto : De ordem da Exma. Juíza Titular da 18ª Vara do Trabalho, fica o Sr. Advogado intimado quanto ao teor do despacho a seguir transcrito: "Considerando o teor da certidão supra, bem como que o valor existente em conta judicial é corrigido, expeça-se guia de retirada para levantamento do valor já depositado nos autos. Após, aguarde-se a comprovação do recolhimento dos encargos sociais. Dê-se ciência."

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140

RESENHA No 18-3311/2013

Processo : 01338-2008-018-11-00-2

Exequente: ZILMA SERRAO DOS SANTOS

Advogado(a): LOUISE MARTINEZ ALMEIDA CHAVES

Executado: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS

Advogado(a):

Assunto : Fica a advogada do exequente notificada para manifestar-se sobre os embargos à execução opostos pelo Município no prazo de lei.

18ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - Manaus - AM - 69010140

RESENHA No 18-3312/2013

Processo : 02516-2012-018-11-00-9

Reclamante: WILLIAN RAFAEL MALEZAN

Advogado(a): DARLANY GABRIEL HAUACHE

Reclamado: SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA UNINORTE

Advogado(a):

Assunto : De ordem do Exmo. Juiz Substituto da 18ª Vara do Trabalho, fica a Sra Advogada notificada para apresentar contrarrazões ao recurso ordinário da reclamada, no prazo legal.

19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140

EDITAL DE CITAÇÃO No 19-377/2013

PRAZO DE 5(CINCO) DIAS

Processo : 01120-2011-019-11-00-0

Exequente: MARCELO ALMEIDA CARVALHO

Executado: ANDRE LUIZ SCARIOT

O(a) doutor(a) EULAIDE MARIA VILELA LINS, JUIZ(A) DO TRABALHO da 19ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado o sócio da executada Construtora Monte Moria Ltda, Sr. ANDRE LUIZ SCARIOT, com endereço incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 4.634,74 (quatro mil e seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos) atualizado em 31/05/2012, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:

Princ. Corrigido R\$ 4.634,74

Tot dev ao Reclte R\$ 4.634,74

Total Devido R\$ 4.634,74

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 02 de dezembro de 2013. Eu, _____, WILLIAN JANDER C. GONÇALVES, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

EULAIDE MARIA VILELA LINS

JUIZ(A) DO TRABALHO

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140

RESENHA (RECEBER CREDITO) No 19-2726/2013

Processo : 01512-2012-019-11-00-0

Exequente: ITALO LIMA ABREU

Advogado(a): JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA

Executado: SB COMERCIO LTDA

Advogado(a):

Assunto : Fica o exequente notificado, através de seu patrono, a comparecer nesta Secretaria a fim de receber crédito.

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140

RESENHA No 19-2727/2013

Processo : 00612-2010-019-11-00-7

Exequente: ALMIR DA SILVA PENNAFORT NETO

Advogado(a):

Executado: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

Advogado(a): PAULO AUGUSTO GRECO

Assunto : Fica V. Sa. NOTIFICADO para tomar ciência da Impugnação aos Cálculos de fls. 437/444, e manifestar-se no prazo de legal, querendo.

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140

RESENHA No 19-2728/2013

Processo : 01833-2012-019-11-00-4

Reclamante: PEDRO JORGE SOUZA DE OLIVEIRA

Advogado(a): REINILDA GUIMARÃES DO VALLE

Reclamado: SANTA BEATRIZ EMPREENDIMIENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Advogado(a):

Assunto : Fica a patrona do exequente DRA. RENILDA GUIMARÃES DO VALLE, notificada para comparecer à Secretaria da Vara a fim de receber certidão de crédito, no prazo de 05 dias.

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140

RESENHA No 19-2729/2013

Processo : 01126-2012-019-11-00-8

Reclamante: FRANCISCO CASTILHO DA SILVA

Advogado(a): OZIEL PINTO DA SILVA

Reclamado: NACAO RUBRO NEGRA COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME RACA FLA

Advogado(a): EDUARDO AKIRA SAKITA

Assunto : Fica o patrono do reclamante DR. OZIEL PINTO DA SILVA, notificado para comparecer à Secretaria da Vara e receber a CTPS do reclamante, no prazo de cinco dias.

19ª Vara do Trabalho de Manaus

Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140

RESENHA No 19-2730/2013

Processo : 01602-2008-019-11-00-4
Exequente: SILVIA MARIA AZEVEDO DE SOUZA
Advogado(a): RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS
Executado: EM LIQUIDACAO COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA
Advogado(a):
Assunto : Fica o patrono do reclamante DR. RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS, notificado para comparecer à Secretaria da Vara para receber a CTPS da reclamante, no prazo de cinco dias.

19ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 19-2732/2013

Processo : 01482-2012-019-11-00-1
Reclamante: ALANA SOBREIRA SOUZA
Advogado(a): ZAIRA MANOELA FREITAS DE SIQUEIRA
Reclamado: CRUISER MARINE INDUSTRIA NAUTICA LTDA
Advogado(a):
Assunto : Tomar ciência do despacho de fls. 151, de teor seguinte: Vistos etc., Considerando que os débitos trabalhista são apurados, conforme disposto no art. 39 da Lei 8.177/91, verbis: Art. 39. Os débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou cláusula contratual sofrerão juros de mora equivalentes à TRD acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento. § 1º Aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos feitos em reclamatória trabalhista, quando não cumpridos nas condições homologadas ou constantes do termo de conciliação, serão acrescidos, nos juros de mora previstos no caput juros de um por cento ao mês, contados do ajuizamento da reclamatória e aplicados pro rata die, ainda que não explicitados na sentença ou no termo de conciliação. Considerando, ainda, que nos cálculos de liquidação de fls. 134, ocorreu erro material no que pertine à aplicação de juros de mora (0,5%); DECIDO: 1. Acolher em parte o pedido da exequente constante da petição de fls. 148/150, para determinar o refazimento dos cálculos apenas no que se refere à aplicação de juros de mora (1%); 2. Dê-se ciência a exequente, por meio do patrono.

19ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 19-2733/2013

Processo : 01550-2011-019-11-00-1
Exequente: GISELLE KATIANE BOMFIM BACELLAR DE SOUZA
Advogado(a): JOSE RAIMUNDO DO BOMFIM
Executado: SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES URBANOS SMTU
Advogado(a): MICHELLE CHRISTINE MILÉRIO PINTO
Assunto : Ficam as partes, por intermédio de seus patronos, cientes da Sentença de Impugnação aos Cálculos prolatada nos autos do processo em epígrafe, com o seguinte dispositivo: Isto posto, decido conhecer da Impugnação aos Cálculos oposta pela exequente GISELLE KATIANE BOMFIM BACELLAR DE SOUZA em face da SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES URBANOS e IMTU para, no mérito, julgá-la TOTALMENTE PROCEDENTE, no sentido de acolher os cálculos apresentados pela Reclamante, posto que em estrita conformidade com os limites da Sentença Exequenda. Improcedente o pedido de compensação realizado pela Reclamada. Tudo nos termos da fundamentação. À Contadoria da Vara para atualizar os cálculos da Reclamante. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

19ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 19-2734/2013

Processo : 00636-2012-019-11-00-8
Reclamante: JOEL FERREIRA DA SILVA
Advogado(a): THIAGO ANDRADE DE MELO
Reclamado: TECHCASA INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA
Advogado(a): MAURICIO DO NASCIMENTO NEVES
Assunto : Ficam as partes, por intermédio de seus patronos, cientes da Sentença de Embargos de Declaração prolatada nos autos do processo em epígrafe. com o seguinte dispositivo: Ante o exposto, conheço dos Embargos de Declaração opostos TECHCASA INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. nos autos do processo movido por JOEL FERREIRA DA SILVA ora embargado, visto que atendidos os requisitos legais, para, no mérito, julga-los PARCIALMENTE PROCEDENTES, no sentido integrar a Sentença embargada, e indeferir o pedido de desconto no valor de R\$ 600,00 dos honorários periciais, por também ser de interesse da reclamada os esclarecimentos potenciais do exame custeado. Improcedentes os demais pleitos, por não vislumbrar contradição, obscuridade ou outra omissão, sendo mantida nos demais termos a sentença proferida às fls. 457/460 dos autos. Tudo nos termos da fundamentação. Notifiquem-se as partes. Nada mais.

19ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 19-2735/2013

Processo : 00012-2012-019-11-00-0
Reclamante: JAIRO DA CUNHA XAVIER
Advogado(a):
Reclamado: MELO DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA
Advogado(a): RAQUEL PINTO VALENTE
Assunto : Fica notificada a executada, por meio da patrona, para credenciar empregado a fim de receber alvará dos depósitos recursais de fls. 115 e 159, e do saldo remanescente dos numerários depositados às fls. 196, dos autos, devendo constar que caso o credenciamento seja subscrito pela empresa, o mesmo deverá ser reconhecido em cartório competente, e o nome do subscritor deverá ser legível, e este comprove nos autos ser o representante legal para este fim, no prazo de 15 (QUINZE) dias, sob pena de arquivamento.

19ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 19-2736/2013

Processo : 00323-2012-019-11-00-0
Reclamante: REGIANE RODRIGUES NASCIMENTO
Advogado(a): CARLOS ALBERTO RODRIGUES
Reclamado: HRCS EMPREENDEMENTOS LTDA - ME

Advogado(a):
Assunto : Fica notificado o exequente, por meio do patrono, do despacho de fls. 128 de seguinte teor: Vistos etc., Considerando o disposto no § 18 do art. 20 da Lei nº 8.036/90, de teor seguinte: É indispensável o comparecimento pessoal do titular da conta vinculada para o pagamento da retirada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX e X deste artigo, salvo em caso de grave moléstia comprovada por perícia médica, quando será paga a procurador especialmente constituído para esse fim; DECIDO:
1. Indeferir o pedido do patrono da exequente constante da petição de fls. 124/125; 2. Notifique-se diretamente a exequente para receber alvará;
3. Dê-se ciência a exequente, por meio do patrono.

19ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 19-2737/2013

Processo : 02274-2009-019-11-00-4
Exequente: GIZELE OLIVEIRA DE SOUZA
Advogado(a): FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS
Executado: FUNDACAO ANA LIMA
Advogado(a): LINDA LUCIA OLIVEIRA RAMOS DE LIMA
Assunto : Fica notificada a executada, por meio da patrona, do despacho de fls. 257 de seguinte teor: Vistos etc., 1. Indefiro, liminarmente, a nomeação de bens à penhora, haja vista que não foi obedecida a gradação do art. 11 da Lei nº 6.830/80 (LEF); 2. Prossiga-se a execução; 3. Dê-se ciência a executada, por meio do patrono.

19ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 19-2738/2013

Processo : 32870-2003-019-11-00-3
Reclamante: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado(a): RAFAEL DE PAULA PESSOA MORAIS
Reclamado: CENTRO DE APRENDIZADO BRITÂNICO E AMERICANO
Advogado(a): SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAUJO
Assunto : Notifique-se a executada, por meio do patrono, para credenciar empregado a fim de receber alvará do saldo remanescente do depósito recursal existente nos autos, devendo constar que caso o credenciamento seja subscrito pela empresa, o mesmo deverá ser reconhecido em cartório competente, e o nome do subscritor deverá ser legível, e este comprove nos autos ser o representante legal para este fim, no prazo de 15 (QUINZE) dias, sob pena de arquivamento.

19ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 19-2739/2013

Processo : 01247-2011-019-11-00-9
Exequente: AMANDA DANIELY CARDOSO
Advogado(a): TALES BENARROS DE MESQUITA
Executado: GRIMM INSTALACOES INDUSTRIAS E COMERCIAIS LTDA
Advogado(a): ROSEMARY LIMA RODRIGUES
Assunto : Fica notificada a executada, por meio de sua patrona, do despacho de fls. 230 de seguinte teor: Vistos etc. 1. Notifique-se a executada, por meio de sua patrona, para comprovar o recolhimento dos encargos previdenciários e custas em cotejo com os cálculos às fls. 167 dos autos; 2. Havendo pagamento arquivem-se os autos nos moldes do Art. 2º do Ato nº 17/2011 da CGJT; 3. Não havendo pagamento execute-se consultando BACENJUD/RENAJUD.

19ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 19-2740/2013

Processo : 00256-2012-019-11-00-3
Reclamante: STIU/AM-SIND.DOS TRAB.NAS IND.URBANAS DO ESTADO DO AMAZONAS
Advogado(a): ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA
Reclamado: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Advogado(a): DECIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE
Assunto : Fica notificada a executada, por meio de seu patrono, do despacho de fls. 438 de seguinte teor: I - Indefiro liminarmente o agravo de petição interposto pela executada, deixo a agravante de atender ao comando das Leis do Trabalho, razão pela qual não merece ser conhecido o recurso intempestivo; II - Dê-se ciência à executada.

19ª Vara do Trabalho de Manaus
Rua Ferreira Pena, 546 - - MANAUS - AM - 69010140
RESENHA No 19-2741/2013

Processo : 01610-2012-019-11-00-7
Reclamante: MARCELO QUEIROZ DE ARAUJO
Advogado(a): LILIAN MATEUS DOS SANTOS
Reclamado: MANAUS MOTOCENTER LTDA
Advogado(a): GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA JÚNIOR
Assunto : Fica notificada a executada, por meio de seu patrono, para tomar ciência do despacho de fls. 159 de seguinte teor: Vistos etc., I Notifique-se a executada, por meio do patrono, para comparecer em Juízo, a fim de agendar o recebimento de alvará; II Na data aprazada expeça-se e entregue-se alvará; III Cumpridas as diligências supra e não havendo pendências, ARQUIVEM-SE os autos deste processo, observando-se os termos do ATO Nº GCGJT 017/2011.

VARA DO TRABALHO DE PARINTINS

Vara do Trabalho de Parintins
BOULEVARD 14 DE MAIO, 1652 - - PARINTINS - AM - 69151180
EDITAL DE PRAÇA No 101-182/2013
Processo : 00414-2009-101-11-00-0
Exequente: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Executado: ANTONIO CARLOS BENTES ANDRADE
O(a) doutor(a) ALDEMIRO REZENDE DANTAS JUNIOR, JUIZ(A) DO TRABALHO da VARA DO TRABALHO DE PARINTINS de PARINTINS. FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, virem ou dele notícia tiverem que, no dia 18/12/2013, às 11:00 hs., na(o) 1A. VARA DO TRABALHO DE PARINTINS localizado no(a) BOULEVARD 14 DE MAIO, 1652, será levado a público o pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance o(s) Bem(ns) penhorado(s) nos autos supracitados, bem(ns) este(s) que segue(m) abaixo relacionado(s):

Descrição: UM VEÍCULO MARCA FIESTA SEDAM, COR PRETA, PLACA JXN- 9474, CHASSI 78103278, ANO DE FABRICAÇÃO 2008, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO.

Localização do Bem: residência

Valor: 15.000,00

Fiel Depositário: ANTONIO CARLOS BENTES ANDRADE

Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que devera garantir o lance com o sinal de 20% (Vinte por cento) de seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região, nas emissoras de rádios locais e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara Trabalhista.

DADO E PASSADO nesta cidade de PARINTINS - AM, em 02 de dezembro de 2013. Eu, _____, FELIPE DOS SANTOS SCHWARZ, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ALDEMIRO REZENDE DANTAS JUNIOR

JUIZ(A) DO TRABALHO

Vara do Trabalho de Parintins

BOULEVARD 14 DE MAIO, 1652 - - PARINTINS - AM - 69151180

RESENHA No 101-241/2013

Processo : 00941-2012-101-11-00-0

Reclamante: ARMANDA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

Advogado(a): ADRIANO BELEM PONTES

Reclamado: LL TEIXEIRA - FRIGORIFICO BOVINORTE

Advogado(a): JOSE WALLACE MAIA DA GAMA

Assunto : Ficam as partes, por meio dos patronos supra, notificadas do despacho de fl. 215 dos autos, qual seja: I- Homologo os cálculos de fl. 214; II- Considerando o pedido da reclamada de inclusão do processo na pauta da semana da conciliação, designo a audiência para o dia 06/12/2013, às 13:00; III- Notifiquem-se as partes por meio de seus patronos.

VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU

Vara do Trabalho de Manacapuru

RUA CAROLINA FERNANDES, Nº382 - - MANACAPURU - AM - 69400000

EDITAL DE CITAÇÃO No 201-277/2013

PRAZO DE 5(CINCO) DIAS

Processo : 00864-2005-201-11-00-7

Exequente: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS

Executado: SAO MIGUEL INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA

O(a) doutor(a) YONE SILVA GURGEL CARDOSO, JUIZ(A) DO TRABALHO da VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU de MANACAPURU.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) nos autos do processo supra, com endereço incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora REFERENTE A SEGURIDADE SOCIAL - INSS., a quantia de R\$ 0,00(de reais) atualizado em 30/04/2013, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:

INSS Reclamante R\$ 3.553,37

Tot dev ao Reclte R\$ -3.553,37

Total Devido R\$ 0,00

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial da Justiça do Trabalho da 11ª Região e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANACAPURU - AM, em 13 de novembro de 2013. Eu, _____, FANTINO CASTRO DA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

JUIZ(A) DO TRABALHO

Vara do Trabalho de Manacapuru

RUA CAROLINA FERNANDES, Nº382 - - MANACAPURU - AM - 69400000

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO No 201-278/2013

PRAZO DE 5(CINCO) DIAS

Processo : 00920-2013-201-11-00-3

Reclamante: MARIA AURIANA DE SOUZA

Reclamado: H.R.C.S. EMPREENDIMENTOS LTDA

Data da próxima audiência: às 00h00

O(a) doutor(a) YONE SILVA GURGEL CARDOSO, JUIZ(A) DO TRABALHO da VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU de MANACAPURU.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) H.R.C.S. EMPREENDIMENTOS LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIENCIA DA DECISÃO CONTIDA NOS AUTOS DO PROCESSO: JULGAR PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO TRABALHISTA PARA O EFEITO DE CONDENAR A RECLAMADA H. R. C. S. EMPREENDIMENTOS LTDA A PAGAR À RECLAMANTE MARIA AURIANA DE SOUZA O IMPORTE DE R\$ 3.288,17, A TÍTULO DAS PARCELAS TRABALHISTAS ELENCADAS E POSTULADAS NA EXORDIAL.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANACAPURU - AM, em 18 de novembro de 2013. Eu, _____, FANTINO CASTRO DA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

JUIZ(A) DO TRABALHO

Vara do Trabalho de Manacapuru

RUA CAROLINA FERNANDES, Nº382 - - MANACAPURU - AM - 69400000

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL No 201-280/2013

PRAZO DE 5(CINCO) DIAS

Processo : 01150-2013-201-11-00-6

Reclamante: EDNO PASSOS MARTINS JUNIOR

Reclamado: PLUS SAT BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA ME

Data da próxima audiência: 05/02/2014 às 09h20

O(a) doutor(a) YONE SILVA GURGEL CARDOSO, JUIZ(A) DO TRABALHO da VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU de MANACAPURU.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) PLUS SAT BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA ME, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devera oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O nao comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importara o julgamento da questao a sua revelia e na aplicacao da pena de confissao quanto a materia de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANACAPURU - AM, em 21 de novembro de 2013. Eu, _____, FANTINO CASTRO DA SILVA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

YONE SILVA GURGEL CARDOSO

JUIZ(A) DO TRABALHO

SECRETARIA DA CORREGEDORIA

PORTARIA N. 034/2013/SCR - Manaus, 2 de dezembro de 2013

Instaura Sindicância para apurar infrações administrativas atribuídas aos servidores Felipe dos Santos Schwarz, João Bosco Cavalcante Barroso, Edgar Junior Andrade de Souza e demais servidores eventualmente implicados, nomeia comissão e dá outras providências.

A Excelentíssima Desembargadora Corregedora **ELEONORA SAUNIER GONÇALVES**, usando de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando o despacho proferido no Ofício n. 138/2013/VTP, de 19.7.2013, da Vara do Trabalho de Parintins;

Considerando os artigos 116, inciso X, e art. 117, incisos XVI e IX, ambos da Lei n. 8.112/90,

Considerando o que consta do processo n. MA-888/2013, em especial a transcrição de trechos de denúncia formulada nos autos da MA-969/2013 e respectivo despacho,

Considerando os termos do despacho datado de 2.12.2013, em especial quanto à discriminação individualizada das supostas irregularidades praticadas pelos servidores citados;

R E S O L V E:

Art. 1º Instaurar Sindicância para apurar infração disciplinar atribuída aos seguintes servidores:

I - Felipe dos Santos Schwarz, técnico judiciário, matrícula 308111596, João Bosco Cavalcante Barroso, técnico judiciário, matrícula 30811820, respectivamente Diretor de Secretaria e Oficial de Justiça da Vara do Trabalho de Parintins, bem como o servidor Edgar Junior Andrade de Souza, cedido pela Prefeitura do Município de Parintins, e demais servidores a serem identificados na presente sindicância, que teriam violado o dever funcional previsto no art. 116, inciso X, e art. 117, inciso XVI, ambos da Lei n. 8.112/90;

II - Felipe dos Santos Schwarz, técnico judiciário, matrícula 308111596, e Edgar Junior Andrade de Souza, cedido pela Prefeitura do Município de Parintins, que teriam violado o dever funcional previsto no art. 117, inciso IX, da Lei n. 8.112/90;

Art. 2º Designar para compor a Comissão de Sindicância o Juiz do Trabalho Substituto GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA, presidente, e os servidores PAULO ROBERTO DORNELLES JUNIOR e CLAUDIONE MENDES NOGUEIRA, membros.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º Conceder à Comissão ora constituída o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para apresentação do relatório conclusivo a esta Corregedoria.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

ELEONORA SAUNIER GONÇALVES

Desembargadora do Trabalho

Corregedora do TRT da 11ª Região

PORTARIA Nº 035/2013/SCR - Manaus, 21 de novembro de 2013. Prorroga o prazo da Comissão de Sindicância referente à MA-812/2013 para apresentação de relatório conclusivo.

A CORREGEDORA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Desembargadora ELEONORA SAUNIER GONÇALVES, usando de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando o despacho proferido no ofício n.05/2013-CS, da Comissão de Sindicância designada pela Portaria n. 022/2013/SCR, de 26 de agosto de 2013;

Considerando o que consta do processo MA- 812/2013,

R E S O L V E:

Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a contar de 21.11.2013, com suspensão nos períodos de 09 a 13.12.2013, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância designada pela Portaria n. 022/2013/SCR, de 26 de agosto de 2013, disponibilizada no DOEJT em 27.8.2013 (Edição n. 1.875) e

publicada no dia 28.8.2013, para apurar os fatos noticiados na Matéria Administrativa n. 812/2013.

ELEONORA SAUNIER GONÇALVES
Desembargadora do Trabalho,
Corregedora do TRT da 11ª Região

SEÇÃO DE PRECATÓRIOS

Para o fim previsto no art. 191 do Regimento Interno deste Tribunal, FAÇO SABER que no processo abaixo relacionado, referente ao Precatório Requisitório em trâmite neste Egrégio Tribunal, foi exarado o seguinte despacho, conforme nota a seguir discriminada:

NOTA 159/2013

PROCESSO : RP-00278/2013
Nº. ORIGEM : R-1121400-83.2007.5.11.0002
EXEQUENTE : ANA MARIA DA SILVA ALBUQUERQUE
EXECUTADO : MUNICÍPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL
"I - Defiro o precatório, no valor de R\$ 24.164,01 (vinte e quatro mil, cento e sessenta e quatro reais e um centavo), para cumprimento de decisão prolatada pela 2ª Vara do Trabalho de Manaus, nos termos do art. 100, §§ 1º e 2º, da CR.
II - Publique-se.
Manaus, 27 de novembro de 2013.

Maria das Graças Alecrim Marinho
Desembargadora do Trabalho
Vice-Presidente do TRT da 11ª Região,
no exercício da Presidência".

Manaus, 03 de dezembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO
Felipe Jairo Nôvo Simas
Secretário-Geral da Judiciária.

SEÇÃO DE RECURSOS DE REVISTA

EDITAL 756/2013

De ordem do Desembargador do Trabalho, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, faço público para conhecimento dos interessados, que **DENEGOU-SE SEGUIMENTO** aos **RECURSOS DE REVISTA**, conforme despachos fundamentados constantes dos autos:

2ª TURMA

1 - RECURSO ORDINÁRIO-0001374-46.2012.5.11.0019

Recorrente(s): TUMPEX - EMPRESA AMAZONENSE DE COLETA DE LIXO LTDA
Advogado(a)(s): VASCO PEREIRA DO AMARAL (EXCLUSIVIDADE) e OUTROS (AM - 99-A)
Recorrido(a)(s): ESPÓLIO DE MARIA DE FÁTIMA CARVALHO LAMÊGO REPRESENTADO POR JOELSON CARVALHO LAMÊGO, JOBSON CARVALHO LAMÊGO E JOELMA CARVALHO LAMÊGO
Advogado(a)(s): ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (AM - 5330)

2 - RECURSO ORDINÁRIO-0002225-86.2012.5.11.0051

Recorrente(s): 1. ESTADO DE RORAIMA
Advogado(a)(s): 1. ALINE DE SOUZA RIBEIRO
Recorrido(a)(s): 1. KLEITON DIEGO EVANGELISTA RODRIGUES
2. R. S. CONSTRUÇÕES LTDA - ME

3 - RECURSO ORDINÁRIO-0002410-90.2011.5.11.0009

Recorrente(s): PHILIPS DO BRASIL LTDA
Advogado(a)(s): SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA (EXCLUSIVIDADE) e OUTROS (AM - 2118)
Recorrido(a)(s): ÍTALO JANSEN SERRÃO DE CASTRO
Advogado(a)(s): ELCI CARVALHO DOS SANTOS e OUTROS (AM - 8337)

4 - AGRAVO DE PETIÇÃO-1114700-61.2007.5.11.0012

Recorrente(s): 1. MUNICÍPIO DE MANAUS
Advogado(a)(s): 1. ANDRÉA VIANEZ C. CAVALCANTI (AM - 2413)
Recorrido(a)(s): 1. VANUZA BARRETO DOS SANTOS ALBUQUERQUE
2. COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇO EM GERAL
Advogado(a)(s): 1. AURISTELA CARDOSO DA COSTA (AM - 5888)

5 - RECURSO ORDINÁRIO-0002057-28.2012.5.11.0005

Recorrente(s): 1. ESTADO DO AMAZONAS
Advogado(a)(s): 1. NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES
Recorrido(a)(s): 1. ANTÔNIO JOÃO BRANDÃO DE FREITAS
2. MARSHAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

5 - RECURSO ORDINÁRIO-0002057-28.2012.5.11.0005

Advogado(a)(s): 1. VALDECIR FRAGATA MEIRELES DA SILVA (AM - 2461)

6 - RECURSO ORDINÁRIO-0001751-62.2012.5.11.0004

Recorrente(s): 1. WALDEREZ JORGE FERREIRA DA MOTA
Advogado(a)(s): 1. LUIZ CLÁUDIO CRUZ DA SILVA (AM - 6906)
Recorrido(a)(s): 1. CENTER LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA
2. EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AERPORTUÁRIA - INFRAERO
Advogado(a)(s): 2. YARA CRISTINA JORDÃO DE VASCONCELOS e OUTROS (AM - 3583)

7 - RECURSO ORDINÁRIO-0001776-81.2012.5.11.0002

Recorrente(s): JANETE DA CRUZ DUARTE
Advogado(a)(s): LUIZ EDUARDO LUSTOSA DE OLIVEIRA e OUTROS (AM - 833)
Recorrido(a)(s): BIC AMAZÔNIA S/A
Advogado(a)(s): LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA e OUTROS (AM - 1927)

8 - AGRAVO DE PETIÇÃO-0977100-20.2006.5.11.0016

Recorrente(s): 1. UNIÃO FEDERAL
Advogado(a)(s): 1. LUDMILA MOREIRA DE SOUSA
Recorrido(a)(s): 1. WILLYSON GOMES DE SOUZA
2. PONTE IRMÃO E CIA LTDA
Advogado(a)(s): 1. ANDRÉA CLÁUDIA SALES SILVA (AM - 3039)
2. SIGRID LIMA ARAÚJO (EXCLUSIVIDADE) e OUTROS (AM - 4574)

9 - RECURSO ORDINÁRIO-0000585-89.2012.5.11.0005

Recorrente(s): LEONARDO NUNES DE LIMA
Advogado(a)(s): PAULO DIAS GOMES e OUTROS (AM - 2337)
Recorrido(a)(s): SEMP TOSHIBA AMAZONAS S/A
Advogado(a)(s): MÁRCIO LUIZ SORDI e OUTROS (AM - 134-A)

O presente EDITAL encontra-se disponível na internet, no seguinte endereço eletrônico: www.trt11.jus.br/diário.

Manaus, 03 de dezembro de 2013.
ORIGINAL ASSINADO
Felipe Jairo Novo Simas
Diretor da Secretaria Geral da Judiciária

EDITAL 757/2013

De ordem do Desembargador do Trabalho Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, faço público para conhecimento dos interessados, que se encontram nesta Secretaria os autos abaixo relacionados, com vistas para a apresentação das **CONTRARRAZÕES** aos **RECURSOS DE REVISTA**, conforme despachos fundamentados constantes dos autos:

2ª TURMA

1 - RECURSO ORDINÁRIO-0000600-58.2010.5.11.0351

Recorrente(s): 1. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - FUA
Advogado(a)(s): 1. MARIA AUXILIADORA DE PAULA BRAZ
Recorrido(a)(s): 1. DIEGO FIGUEIRA DA SILVA
2. FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO-SOLIMÕES - UNISOL
3. TECMACON CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado(a)(s): 2. LÍVIA ROCHA BRITO (EXCLUSIVIDADE) e OUTROS (AM - 6474)
3. ANTÔNIO CÂNDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITO e OUTROS (AM - 258-A)

2 - RECURSO ORDINÁRIO-0000834-90.2010.5.11.0011

Recorrente(s): SEMP TOSHIBA AMAZONAS S/A
Advogado(a)(s): MÁRCIO LUIZ SORDI e OUTROS (AM - 134-A)
Recorrido(a)(s): REILEUDA ARAÚJO ROCHA
Advogado(a)(s): CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA e OUTROS (AM - 2906)

3 - RECURSO ORDINÁRIO-0002101-94.2010.5.11.0012

Recorrente(s): SELENE MACHADO COSTA GUEDES
Advogado(a)(s): VALMIR CÉSAR POZZETTI e OUTRA (AM - 3853)

3 - RECURSO ORDINÁRIO-0002101-94.2010.5.11.0012

Recorrido(a)(s): UNIODONTO DE MANAUS - COOPERATIVA DE
TRABALHO ODONTOLÓGICO

Advogado(a)(s): MÁRCIO LUIZ SORDI e OUTROS (AM - 134-A)

4 - RECURSO ORDINÁRIO-0000437-54.2012.5.11.0401

Recorrente(s): MINERAÇÃO TABOCA S/A

Advogado(a)(s): THAIS GALO (EXCLUSIVIDADE) e OUTROS (SP -
146826)

Recorrido(a)(s): SINDICATO DOS TRABALHADORES E TERCEIROS NAS
INDÚSTRIAS DE EXTRAÇÕES E BENEFICIAMENTO DE
MINÉRIOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE
FIGUEIREDO - SINTIEBEM

Advogado(a)(s): FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES e OUTRO
(AM - 2978)

O presente EDITAL encontra-se disponível na internet, no
seguinte endereço eletrônico: www.trt11.jus.br/diário.

Manaus, 03 de dezembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

Felipe Jairo Novo Simas

Diretor da Secretaria Geral da Judiciária